

**CLIMA, GÊNERO
E RAÇA
NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS
DE 2020**

**MULHERES
NAS
ELEIÇÕES**

MULHERES NAS ELEIÇÕES

Realização



Apoio



**CLIMA, GÊNERO
E RAÇA
NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS
DE 2020**

Priscilla Santos e Rayana Burgos

**Rio de Janeiro
Marco, 2021**

DIREÇÃO

Clara de Sá
Marina Barros
Michelle Ferreti
Roberta Eugênio

CONSELHO POLÍTICO

Daniela de Cássia
Luciana Temer
Wania Sant'anna

PESQUISA E REDAÇÃO

Priscilla Santos
Rayana Burgos

REVISÃO DE CONTEÚDO

Michelle Ferreti
Marina Barros

DESIGN

Leandro Amorim
Mariana Solis
Mayara Teixeira
Pedro Rodrigues
Mário Veronesi

Sumário

6 INTRODUÇÃO

12 METODOLOGIA

24 RESULTADOS E DISCUSSÃO

24 PANORAMA ELEITORAL DAS CAPITALS

27 ANÁLISE DE CANDIDATURAS FEMININAS NAS CAPITALS

47 PANORAMA ELEITORAL DAS CIDADES FORA DAS CAPITALS

48 ANÁLISE DE CANDIDATURAS FEMININAS E MASCULINAS FORA DAS CAPITALS

58 TEMAS NÃO ABRANGIDOS NA AGENDA URBANA DO CLIMA
Gênero e Raça
Outros temas abordados nos planos de governo

69 CONCLUSÕES

73 RECOMENDAÇÕES

74 AGENDA URBANA DO CLIMA

79 OUTRAS RECOMENDAÇÕES

Gerais

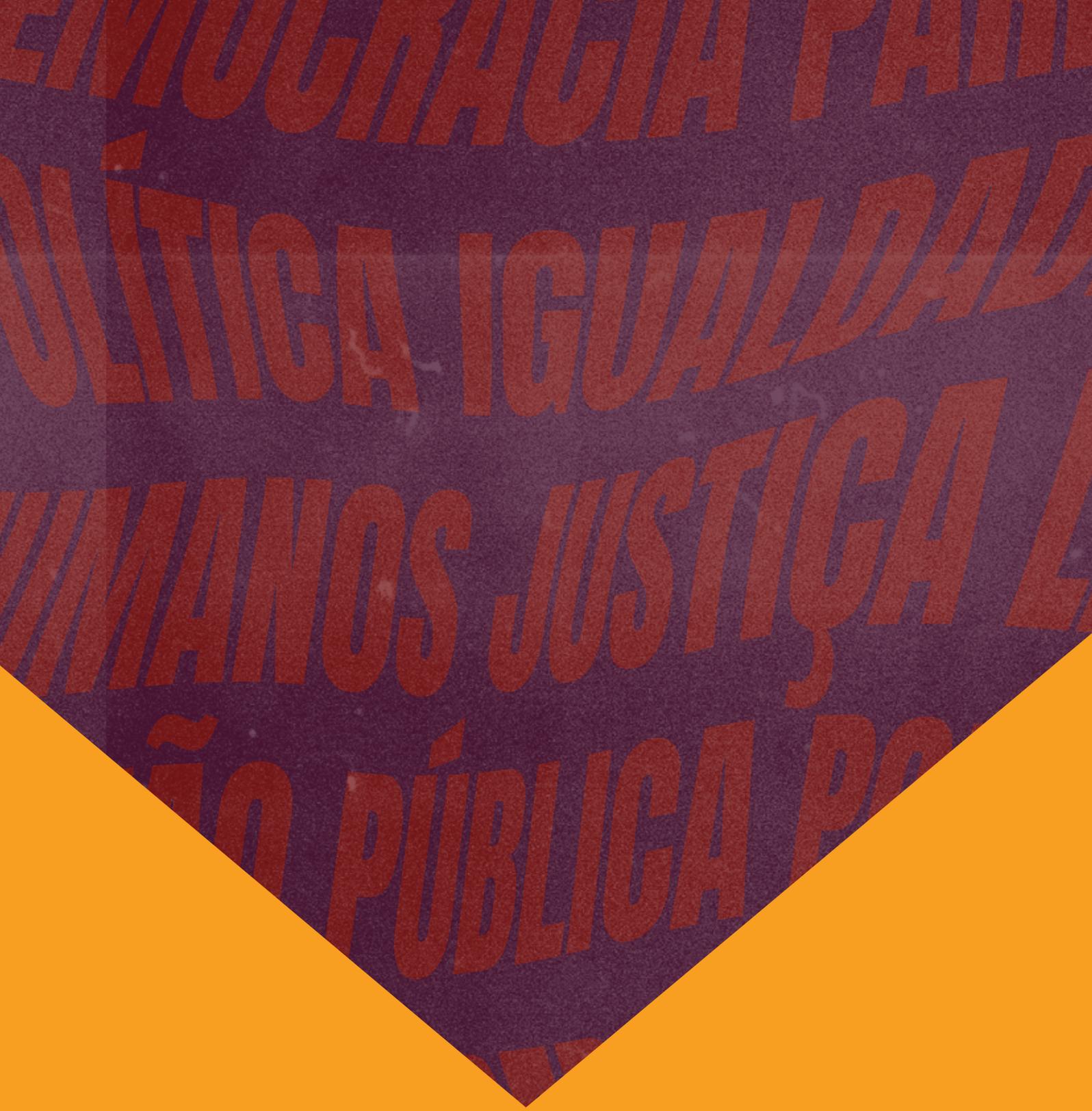
Para os governos locais

Para os partidos políticos

Para a sociedade civil e demais atores interessados

84 CONSIDERAÇÕES FINAIS

86 RECURSOS RECOMENDADOS



introdução

Tradicionalmente, temas relacionados a meio ambiente e mudanças climáticas não são priorizados no debate político e na disputa eleitoral. Recente pesquisa realizada pela Plataforma Clima de Eleição apontou que em 2020 **somente 26,3% dos planos de governos das candidaturas à prefeitura reconhecem que há necessidade de enfrentar a crise climática**. No entanto, é a gestão municipal que está mais próxima da vida do cidadão e é responsável por facilitar e incentivar a participação da sociedade na identificação, conscientização e resolução dos problemas ambientais e sociais, os quais são potencializados pelas mudanças climáticas.

26,3%

**DOS PLANOS DE GOVERNOS
RECONHECEM QUE HÁ
NECESSIDADE DE ENFRENTAR
A CRISE CLIMÁTICA**

A pandemia de Covid-19 tem ressaltado alguns desses desafios nas cidades. Mais de 16% da população não têm acesso à água tratada, dificultando a realização de medidas necessárias para a prevenção ao novo coronavírus, enquanto outra parcela das cidades brasileiras convive com a fumaça de queimadas, que agrava as doenças respiratórias, principalmente em idosos, crianças e mulheres grávidas. Outra situação que destacou o tema ambiental e climático em 2020 foi o “apagão” no estado do Amapá, ocorrido durante mais de 20 dias, deixando cerca de 765 mil pessoas isoladas e passando por um rodízio de energia em 13 cidades. O acesso precário à água e energia reflete a falta de planejamento de políticas públicas que levem em conta os efeitos das mudanças climáticas, considerando que a alteração no regime de chuvas, o aumento de períodos de seca e eventos extremos afetam diretamente os reservatórios de água e a produção de energia por parte das hidrelétricas, consideradas a maior fonte energética do país, o que expõe a fragilidade da qualidade dos serviços oferecidos à população durante a pandemia.

Apesar do crescimento de propostas com viés ambiental na intenção de voto nas últimas eleições, há ainda uma aparente dificuldade de relacioná-las com a vida cotidiana da mesma forma que se faz, por exemplo, com políticas públicas relacionadas à saúde, educação, transporte ou obras de infraestrutura. Iniciativas na área de meio ambiente e clima podem ter impacto positivo direto na vida das pessoas e, inclusive, colaborar com a solução para os principais desafios dos municípios. Desta forma, as eleições municipais devem ser vistas como uma oportunidade para trazer à população uma discussão qualificada de temas essenciais para o desenvolvimento sustentável das cidades e das pessoas que nela vivem, bem como sobre a necessidade de um planejamento que leve em conta medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Segundo levantamento realizado pela *International Union for Conservation of Nature (IUCN)*, é possível perceber que as mulheres e os homens estão vivenciando as mudanças climáticas de forma diferente, à medida que as desigualdades de gênero persistem em todo o mundo, afetando a capacidade de adaptação de indivíduos e comunidades. As mulheres mais pobres em países menos desenvolvidos são as principais afetadas pelas mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que são as que menos contribuem para o aquecimento global. As mudanças do clima também afetam, sobretudo, mulheres negras e periféricas, que já se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade e têm acesso restrito aos recursos naturais.

Por outro lado, as mulheres também são consideradas um eixo central para combater as mudanças climáticas. Para a iniciativa da ONU Women Watch, adotar investimentos em setores que empoderam mulheres e meninas - especialmente em educação e saúde - impulsiona o desenvolvimento econômico, reduz a pobreza e tem um impacto benéfico no clima. Dentro do debate sobre mudanças climáticas, é importante ressaltar que as mulheres não devem ser vistas somente como vulneráveis, mas também como potenciais protagonistas dessas mudanças a favor de um desenvolvimento mais sustentável, justo e inclusivo.

As mulheres desempenham um papel central na gestão dos recursos naturais e em outras atividades produtivas e reprodutivas nos níveis doméstico e comunitário. Isso as coloca em uma posição estratégica de contribuir para promoção de ações de subsistência adaptadas às mudanças nas realidades ambientais. Seu amplo conhecimento e experiência - que também podem ser usados na mitigação das mudanças climáticas, redução de desastres e estratégias de adaptação - coloca as mulheres como agentes eficazes de mudança. A importância de envolver as mulheres como principais interessadas na gestão de atividades econômicas e melhorar o acesso a ferramentas financeiras, oferecendo caminhos significativos para o empoderamento é essencial para garantir que as mulheres tenham condições de contribuir com soluções efetivas para as mudanças climáticas e que contribuam também para a redução de desigualdades.

Assim, torna-se necessário compreender de que maneira as mulheres, em toda sua diversidade, assumem o protagonismo de combate às mudanças climáticas em outros âmbitos da sociedade, incluindo dentro do espaço político. Analisar até que ponto candidatas mulheres à prefeitura lideram discussões sobre as mudanças climáticas e sugerem propostas que dialoguem com o tema torna-se relevante para entender de que forma elas têm colaborado com a ampliação da qualidade de vida da população e do meio ambiente.

As mudanças climáticas precisam ser enfrentadas através de uma perspectiva que leve em conta gênero, raça e classe. Isso porque o combate às mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono só serão efetivos se aliados à luta por justiça climática e ambiental. A preocupação em propor políticas públicas que reduzam emissões precisa considerar os co-benefícios para a construção de cidades e sociedades mais justas e inclusivas.

Nesse sentido, este relatório tem como **objetivo geral analisar em que medida os planos de governo apresentados por candidaturas às prefeituras nas eleições de 2020 pautam mudanças climáticas como tema de propostas, tendo gênero e raça como eixos transversais.** Para isso, foram definidos dois objetivos específicos que focam em análises complementares: i) análise de candidaturas femininas¹ nas capitais e ii) análise comparativa entre candidaturas femininas e masculinas fora das capitais. Ambas as análises foram feitas avaliando como os planos de governo respondem às ações prioritárias elencadas para as cidades, de acordo com a Agenda Urbana do Clima², usada como referencial teórico.

As mulheres desempenham um papel central na gestão dos recursos naturais e em outras atividades produtivas e reprodutivas nos níveis doméstico e comunitário. Isso as coloca em uma posição estratégica de contribuir para promoção de ações de subsistência adaptadas às mudanças nas realidades ambientais.

Para demonstrar os resultados dessas análises, este relatório foi dividido conforme as seções descritas a seguir. Uma seção de metodologia (Seção 2) apresenta os critérios metodológicos estabelecidos para a seleção dos planos de governo das candidaturas analisadas, bem como para a sistematização e comparação entre os mesmos. A seção seguinte (Seção 3) apresenta o panorama eleitoral das eleições municipais de 2020 e demonstra os resultados das análises dos planos de governo.

A seção de conclusões (Seção 4) demonstra os principais achados e melhores práticas de candidaturas analisadas e a seguinte (Seção 5) oferece recomendações que podem ser usadas para influenciar novos planos de governo e candidaturas, bem como partidos, academia, terceiro setor e demais atores interessados nos temas discutidos. As recomendações visam enriquecer o debate sobre mudanças climáticas nas cidades, de modo que a pauta política seja reforçada com base nos principais achados deste relatório. A Seção 6 apresenta as considerações finais do relatório e, por fim, a Seção 7 elenca recursos adicionais que apresentam boas práticas e guias para preparar a cidade e implementar políticas satisfatórias com relação a clima, gênero e raça.

REFERÊNCIAS

¹ Serão utilizados como sinônimos os termos “feminino” (classificação do sexo biológico) e “mulher” (identificação de gênero) para se referirem às candidaturas analisadas neste relatório, uma vez que não foram percebidas candidaturas de pessoas transsexuais, travestis ou que não se auto-identificam como cisgênero.

² A Agenda Urbana do Clima é uma iniciativa que traça diretrizes mínimas para a ação climática no contexto urbano, baseadas nos pilares de saúde, emprego e mobilidade. Idealizada por organizações da sociedade civil e outras instituições, a agenda é fruto de um processo colaborativo e coletivo, a partir da reunião de um grupo heterogêneo e presente em iniciativas por todo o território nacional. O detalhamento das 10 ações com propostas e metodologias de implementação em nível local estão disponíveis em: <https://www.agendaurbanadoclima.com/>



metodologia



O objetivo geral deste relatório consiste em avaliar em que medida os planos de governo apresentados pelas candidaturas às prefeituras nas eleições de 2020 pautam mudanças climáticas como tema de propostas. Nesse sentido, entende-se por plano (ou programa) de governo o documento no qual as candidaturas a cargos do Executivo a nível municipal informam suas principais ideias e propostas para administrar o município que se propõem a governar. A apresentação desse documento tem caráter obrigatório e está na lista de documentos que os candidatos precisam enviar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assim como a prestação de contas da campanha.

O candidato que não apresentar plano de governo não é habilitado a participar da eleição e essa obrigatoriedade passou a ser exigida a partir de 2009, através da Lei Federal 12.034/2009, que acrescentou dispositivos à Lei Federal 9.504/97, que regula as eleições. No entanto, não são exigidos requisitos formais ou um formato específico para esse documento. Assim, cada plano de governo é feito com diferentes níveis de detalhe e abordagens, o que permite que alguns sejam elaborados com propostas bem estruturadas, enquanto outros sejam genéricos, o que acaba por dificultar o acompanhamento da agenda proposta e o cumprimento da mesma ao longo do tempo.

Algumas candidaturas possuem planos de governo extras não submetidos ao TSE até mais elaborados. No entanto, considera-se que há uma sinalização política importante em se comprometer com a submissão formal, o que sugere um maior grau de comprometimento por parte da candidatura em cumprir com as promessas oficialmente registradas. Nesse sentido, para fins deste relatório, serão analisados apenas os planos de governo oficialmente disponibilizados através do site oficial do TSE.

Para responder ao objetivo geral do relatório (*em que medida os planos de governo apresentados por candidatas e candidatos às prefeituras nas eleições de 2020 pautam mudanças climáticas como tema de propostas*), considerando gênero e raça como questões transversais, optou-se por uma análise com **recortes diversos e complementares**, a fim de comparar dados dos planos de governo apresentados em relação a: **i) candidaturas femininas nas capitais; e ii) candidaturas apresentadas por mulheres vis-à-vis candidaturas apresentadas por homens, fora das capitais**. Na primeira abordagem há um enfoque específico nas candidaturas apresentadas por mulheres (objetivo específico 1). Na segunda, o enfoque está na comparação entre candidaturas propostas por mulheres e por homens nas cidades do interior (objetivo específico 2). Ademais, perguntas orientadoras foram selecionadas para cada um dos objetivos específicos, conforme detalhado a seguir.

OBJETIVO GERAL

Avaliar em que medida os planos de governo pautam mudanças climáticas como tema de propostas

- 1. Candidaturas femininas nas capitais**
- 2. Candidaturas apresentadas por mulheres vis-à-vis candidaturas apresentadas por homens, fora das capitais**

i) Objetivo específico 1: Avaliar de que modo o debate público e político sobre temas relacionados às mudanças climáticas foi conduzido por **candidaturas femininas** no âmbito das **capitais brasileiras**, considerando a relevância dos municípios em termos demográficos, políticos e o potencial de influenciar eleições em outros níveis (estadual e federal).

Para responder a esse objetivo foi necessário estabelecer um parâmetro para demonstrar a influência daquela candidata no seu município, tendo em vista que o cenário eleitoral em 2020 não se mostrou favorável às candidaturas femininas nas capitais, uma vez que somente uma mulher foi eleita prefeita, na cidade de Palmas/Tocantins. Assim, **optou-se pela seleção e análise de planos de governo de candidaturas femininas prefeituráveis que tiveram acima de 5% de votos nas eleições de 2020**. Para guiar a análise do objetivo específico 1, as seguintes perguntas orientadoras foram definidas:

- Como as candidatas têm pautado o tema das mudanças climáticas?
- O tema das mudanças climáticas é mais mencionado por algum partido ou ideologia específica (esquerda-centro-direita)?
- Candidatas de uma região específica tendem a falar mais sobre mudanças climáticas, em comparação com outras regiões do país?

ii) Objetivo específico 2: Este objetivo complementa a análise anterior à medida que oferece informações comparativas entre candidaturas femininas e masculinas, assim como responde até que ponto os **municípios fora das capitais**, mas **com grande densidade demográfica** (acima de 200 mil eleitores) estariam engajados na discussão sobre mudanças climáticas. Dessa forma, **serão analisados os programas de governo de candidaturas femininas e masculinas em 5 cidades brasileiras fora das capitais, que tiveram 2º turno entre homens e mulheres**.

Através deste recorte pretende-se comparar até que ponto **gênero influencia em alguma medida uma abordagem mais significativa de questões relacionadas às mudanças climáticas** ou se determinado gênero tem demonstrado maior protagonismo ao tratar desse tema em seus planos de governo. Para guiar a análise do objetivo específico 2, as seguintes perguntas orientadoras foram definidas:

- Mudanças climáticas é um tema mais pautado nas candidaturas de municípios mais populosos nas capitais ou fora delas?
- De que forma o tema das mudanças climáticas tem sido pautado nos programas de governo dentro e fora das capitais?
- Os planos de governo de mulheres abordam mais mudanças climáticas do que a de homens?

Como parâmetro da análise e referencial teórico, utiliza-se a Agenda Urbana do Clima (AUC)³ para avaliar até que ponto os planos de governo de prefeituráveis apresentam propostas concretas para lidar com temas relacionados à gestão da cidade e das mudanças climáticas nos municípios. A Agenda traça diretrizes mínimas para a ação climática no contexto urbano, baseadas nos pilares de **saúde, emprego e mobilidade** e estabelece **10 ações prioritárias para uma agenda urbana**, utilizadas como base para a análise e comparação dos planos de governo selecionados e demonstradas no quadro abaixo.

10 Ações Prioritárias da Agenda Urbana (R\$)

1 - Planejamento climático e governança metropolitana

Criar planos de ação climática municipais com planejamento e gestão multissetoriais, incorporando a governança regional e metropolitana, integrada e participativa, e com objetivo de mitigar as emissões de gases do efeito estufa e aumentar a resiliência das cidades.

O planejamento e gestão urbanos devem considerar Planos de Ação Climática como orientadores das políticas setoriais, integrando-as. A articulação para promoção da governança metropolitana deve considerar:

- Integrar a política climática com os principais planos estruturantes da metrópole de cada cidade, em especial o Plano Plurianual de Ações (PPA) - que orienta os orçamentos públicos- e os Planos Diretores;
- Criar ou reativar fóruns de discussão metropolitana e subestaduais e/ou participação em fóruns existentes de forma proativa - como, por exemplo, Comitês de bacias; Conselhos Metropolitanos; Consórcios, Fóruns e Comissões de Clima etc;
- Fortalecer, via município sede da Região, o planejamento pensado na região metropolitana com engajamento e respeito à realidade dos municípios do entorno;
- Contribuir, via municípios e estruturas dos estados, para o monitoramento e transparência dos dados da gestão pública de interesse metropolitano, especialmente os relativos a inventários de emissões e monitoramento de qualidade do ar.

2- Saneamento e gestão sustentável da água

Acelerar a expansão do saneamento básico, a partir de modelos de gestão inovadores, que ampliem o acesso à água potável e ao tratamento de esgoto, reforcem os sistemas de drenagem que captam e reutilizam a água de chuva, com grandes reflexos no bem-estar e na saúde da população e gerando empregos no setor da construção civil.

As ações de saneamento devem considerar uma visão de universalização do acesso ao saneamento básico, com cobertura total da área da cidade, e devem considerar:

- Acompanhar a manutenção da eficiência na gestão financeira e de uma política de cobrança compatível com a renda das pessoas nos serviços de abastecimento, seja por prestação direta ou contratação de serviços estaduais e/ou privados;
- Implementar sistemas de drenagem que considerem eventos extremos, para ações de prevenção ou contingência em relação a enchentes e deslizamentos.

3 - Saúde e redução da poluição

Reduzir a poluição local e emissões que impactam a qualidade do ar, mitigando a mudança climática e focando no bem-estar e na saúde da população, através da redução de fontes de emissão como queimadas, queima de combustíveis fósseis no transporte de carga e passageiros, entre outros, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo os custos para a saúde pública.

A qualidade do ar afeta a saúde das pessoas por causar doenças respiratórias, especialmente em pessoas mais vulneráveis, mas também diminui a expectativa de vida. Nesse sentido, para melhoria desse cenário, podem ser consideradas ações para:

- Viabilizar recursos para ampliação de estações de monitoramento da qualidade do ar no território do município, complementando a cobertura local e participando da rede de monitoramento estadual;
- Promover ampla divulgação sobre a qualidade do ar e sensibilização da população para efeitos na saúde de crianças, idosos e pessoas com problemas respiratórios;
- Realizar estudos para implantação de zonas de baixas emissões, especialmente no entorno de escolas e equipamentos de saúde.

4 - Segurança alimentar e nutricional

Implementar políticas públicas e parcerias de estímulo à produção local, acessível, sustentável e circular de alimentos saudáveis e de redução do desperdício, garantindo o acesso de todos os segmentos da população a uma alimentação regular, saudável, beneficiando a saúde e qualidade de vida de todos.

A segurança alimentar e nutricional deve considerar uma visão plena do processo de produção e consumo local, fortalecendo os territórios de forma simultânea à promoção da segurança alimentar das populações mais vulneráveis. As possibilidades de ações incluem:

- Estimular novos empregos próximos da moradia e estimular processos associativos locais – relacionados à produção;
- Reconhecer e fortalecer o conhecimento local, estimulando criação de hortas comunitárias em todos os bairros da cidade;
- Criar áreas de compostagem nos bairros, reduzindo custos e emissões da coleta de resíduos e favorecendo a produção orgânica e saudável de alimentos;
- Aproximar e estimular o consumo de produtos locais e de proximidade, diminuindo custos e emissões de transporte através da priorização do fornecimento de alimentos orgânicos provenientes de agricultura familiar em escolas e creches municipais e do escoamento da produção local e fomentação dos mercados de bairro.

5 - Resíduos sólidos

Eliminar os lixões e adotar políticas públicas de fomento à redução da geração de resíduos, reciclagem e tratamento sustentável de resíduos orgânicos e toda a cadeia produtiva associada para geração de empregos e redução da poluição de rios, baías e mananciais.

Em relação à reciclagem de resíduos, as gestões devem:

- Desenvolver e implementar plano municipal de gestão de resíduos que determine a coleta seletiva em três tipos e rejeitos, destinando resíduos orgânicos para a compostagem e/ou biodigestão; recicláveis para as cooperativas de catadores e após para a cadeia da reciclagem e os rejeitos para aterros sanitários;
- Promover ações de educação e sensibilização para a diminuição da geração de resíduos e para o aumento dos índices de reciclagem de materiais coletados, sejam sobras de alimentos e poda, sejam resíduos recicláveis;
- Promover políticas de valorização dos catadores e cooperativas para aumento da separação de resíduos e melhoria de suas condições de trabalho na classificação dos materiais a serem destinados para as indústrias de reciclagem, assim como encontrar meios para remuneração do serviço prestado.

Outras possibilidades em relação a resíduos:

- Estimular a compostagem e a geração de energia a partir da digestão anaeróbica de resíduos orgânicos;
- Elaborar mecanismos financeiros para promover soluções sustentáveis para a gestão de resíduos, como estímulos financeiros para redução de geração e para produção de bens de longa durabilidade;
- Elaboração metas de desvio de resíduo sólido de aterros, através de rotas tecnológicas da compostagem, biodigestão, coleta seletiva e triagem de recicláveis com participação de cooperativas de catadores;
- Criar impedimentos para a incineração.

6 - Economia local e solidária com geração de empregos sustentáveis

Fomentar a geração de empregos verdes e a inovação em tecnologias sustentáveis, considerando as necessidades das áreas periféricas e dos territórios, com adoção de critérios sustentáveis nos processos de compras e contratações municipais, e geração de renda nas localidades.

Entende-se por economia local e solidária a produção de bens e serviços por meio de processos que contemplem empregos e insumos próximos a bairros e centralidades locais, em formatos associativos, de microempreendedores e/ou microempresas, associados ao consumo prioritário para pessoas e mercados locais. Para favorecer esse modelo, é importante:

- Estimular novos empregos próximos da moradia e estimular processos associativos locais – relacionados à produção;
- Estimular a produção baseada em eficiência energética nos processos, uso de energias renováveis, consumo reduzido de água e gestão ecológica de resíduos;
- Definir critérios sustentáveis para compras e contratações do governo municipal, estimulando aquisição de produtos gerados por associações, cooperativas e produtores locais como prioritários nas compras públicas;
- Estudar possibilidades de ampliar fontes de crédito/microcrédito e subsídios para produtores locais sustentáveis;
- Apoiar empreendedorismo jovem e sustentável, utilizando a educação pública como um dos instrumentos.

7 - Reação a desastres e Resiliência

Aprimorar a capacidade de resposta a eventos extremos e a situações de crises, a partir de uma gestão de riscos territoriais e de um plano municipal de adaptação à mudança do clima com um conjunto de medidas prioritárias de resiliência, de amparo social, e de resposta a desastres como deslizamentos, inundações, secas, ilhas de calor, elevação do nível do mar e outros perigos climáticos.

A elaboração do plano de adaptação deve fazer uma análise de riscos climáticos por região, incluir medidas prioritárias territoriais de amparo social, rápida resposta e adaptação das cidades às emergências climáticas. Nesse sentido, nas ações de infraestrutura, é preciso:

- Desenvolver pacote de infraestrutura verde e inclusiva, com impacto positivo também sobre a geração de emprego local;
- Considerar impactos climáticos presentes e futuros em novas obras da cidade;
- Considerar alternativas como microdrenagem, captação de água da chuva, superfícies permeáveis e demais soluções baseadas na natureza para mitigar impactos dos eventos climáticos extremos;
- Identificar áreas vulneráveis nas cidades litorâneas, e pensar ações para elas com foco nos impactos da elevação do nível do mar.

É necessário, ainda, incluir medidas de cuidado social, que no caso de impacto de eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas, considerem:

- Medidas de prevenção e alerta em áreas de risco integradas às ações da Defesa Civil; e provisão de segurança na habitação em áreas vulneráveis;
- Medidas de amparo social durante e após eventos climáticos extremos (acolhimento a pessoas em situação de rua, desabrigados etc.);
- Rápida resposta a situações de eventos extremos provocados pela mudança climática, como inundações, secas, ondas de calor, deslizamentos, aumento do nível do mar e outras questões, de forma a minimizar perdas humanas e reduzir impacto em sistemas críticos da cidade.

Além destas medidas, é necessário um planejamento urbano com foco na resiliência, promovendo o uso misto em áreas centrais, descentralização da infraestrutura urbana pública e privada para as periferias, com criação de empregos na periferia e com foco na juventude.

8 - Transporte Público e Mobilidade

Promover o uso de transporte público de massa acessível, com foco na integração dos diferentes modais e estímulo a alternativas sustentáveis de mobilidade (desestímulo ao uso de transporte individual motorizado e estímulo à mobilidade ativa com criação de ciclovias e zonas de pedestres), adoção do bilhete único, redução dos tempos de deslocamento, integração das diferentes regiões da cidade e redução das emissões veiculares através do uso de tecnologias de zero emissão.

Pelo seu papel estruturador nas cidades médias e grandes, destacam-se propostas para o transporte público, tais como:

- Modernizar o modelo de negócios e de financiamento de transportes públicos baseando-se na transparência aos dados e otimização de recursos e garantindo que seja justo, acessível e sustentável; Dar transparência aos dados do transporte coletivo;
- Fortalecer o financiamento do sistema público de transporte através do aumento dos custos de utilização do transporte individual motorizado;
- Reduzir o tempo de deslocamento das pessoas por meio da ampliação de faixas e corredores exclusivos para a promoção de transporte público mais eficiente;
- Transcrever tecnologias limpas para reduzir emissão de gases de efeito estufa do transporte público motorizado, como a utilização de energia elétrica.

Em relação a mobilidade em geral, as possibilidades levantadas são:

- estimular a redução do uso de veículos motorizados particulares e reduzir percentual do uso do espaço viário urbano dedicado ao uso exclusivo de veículos particulares, por meio de:
 - Políticas de estacionamento, como cobrança por estacionar nas ruas;
 - Retirada de vagas das ruas para implantar faixas exclusivas de ônibus e expansão de ciclovias e calçada.
- Definir política de estacionamento que considere número máximo de vagas em obras novas, cobrança progressiva de IPTU em estacionamentos em certas partes da cidade etc.;
- Estimular a mobilidade ativa (andar a pé e pedalar) por meio da ampliação dos espaços urbanos seguros e acessíveis, com calçadas largas, ciclovias, arborização, iluminação pública e uso misto do solo;
- Propor soluções para integração da mobilidade ativa com sistema de transporte público, como a ampliação de bicicletários em pontos de transporte de média e alta capacidade, ampliação de calçadas, melhor comunicação em áreas de transporte público etc.;
- Aumentar a infraestrutura cicloviária na cidade, focando na integração de grandes corredores e adoção de critérios de desenvolvimento orientado para o transporte;
- Reformar e ampliar o calçamento público em áreas centrais e periféricas, incluindo princípios de acessibilidade, conforto e segurança.

9 - Áreas verdes

Aprimorar a capacidade de resposta a eventos extremos e a situações de crises, a partir de uma gestão de riscos territoriais e de um plano municipal de adaptação à mudança do clima com um conjunto de medidas prioritárias de resiliência, de amparo social, e de resposta a desastres como deslizamentos, inundações, secas, ilhas de calor, elevação do nível do mar e outros perigos climáticos.

A elaboração do plano de adaptação deve fazer uma análise de riscos climáticos por região, incluir medidas prioritárias territoriais de amparo social, rápida resposta e adaptação das cidades às emergências climáticas. Nesse sentido, nas ações de infraestrutura, é preciso:

- Desenvolver pacote de infraestrutura verde e inclusiva, com impacto positivo também sobre a geração de emprego local;
- Considerar impactos climáticos presentes e futuros em novas obras da cidade;
- Considerar alternativas como microdrenagem, captação de água da chuva, superfícies permeáveis e demais soluções baseadas na natureza para mitigar impactos dos eventos climáticos extremos;
- Identificar áreas vulneráveis nas cidades litorâneas, e pensar ações para elas com foco nos impactos da elevação do nível do mar.

É necessário, ainda, incluir medidas de cuidado social, que no caso de impacto de eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas, considerem:

- medidas de prevenção e alerta em áreas de risco integradas às ações da Defesa Civil; e provisão de segurança na habitação em áreas vulneráveis;
- medidas de amparo social durante e após eventos climáticos extremos (acolhimento a pessoas em situação de rua, desabrigados etc.);
- rápida resposta a situações de eventos extremos provocados pela mudança climática, como inundações, secas, ondas de calor, deslizamentos, aumento do nível do mar e outras questões, de forma a minimizar perdas humanas e reduzir impacto em sistemas críticos da cidade.

Além destas medidas, é necessário um planejamento urbano com foco na resiliência, promovendo o uso misto em áreas centrais, descentralização da infraestrutura urbana pública e privada para as periferias, com criação de empregos na periferia e com foco na juventude.

10 - Energia e eficiência energética

Adotar medidas de fomento à geração distribuída de energia renovável, como solar e eólica, e de ações de aumento de eficiência energética em edifícios existentes e novas construções. Energia representa o segundo setor mais relevante nas emissões de gases do efeito estufa nas cidades brasileiras e tem grande potencial de geração de empregos.

As possibilidades para se implementar a proposta de eficiência energética são:

- Ampliar geração distribuída de energia elétrica solar a partir de sistemas fotovoltaicos;
- Criar incentivos fiscais e tributários para uso de energias renováveis em residências e instalações comerciais e industriais;
- Priorizar a contratação de energia fotovoltaica para suprimento das instituições públicas;
- Promover a redução do consumo energético da cidade através de medidas de eficiência energética;
- Privilegiar materiais sustentáveis que geram eficiência energética em todas as novas construções na contratação de obras públicas, inclusive para a construção de moradias populares;
- Desenvolver políticas de incentivo à eficiência energética e substituição de combustíveis nos setores residencial, público, comercial e industrial;
- Fomentar programas de certificação de eficiência energética com definição de metas anuais de certificação; e elaboração de plano expansão e modernização energética da iluminação pública contemplando:
 - Implantação de 100% de lâmpadas LED;
 - Ampliação de pontos de iluminação, considerando a influência em segurança pública.

Para cada um dos planos de governo será analisado em que nível as propostas constantes nestes documentos estão de acordo com as 10 ações prioritárias da Agenda Urbana do Clima. Dependendo do grau de correspondência das propostas com as ações prioritárias, cada proposta é categorizada como:

a. não atende à ação prioritária em questão - Essa classificação é usada para quando não há uma menção sobre o tema da ação prioritária em questão ou quando há uma menção genérica, que não menciona de que forma se pretende intervir sobre aquela ação.

b. atende parcialmente à ação prioritária em questão - Essa classificação é usada quando as propostas trazidas nos planos de governo atendem parcialmente ao enunciado de uma ação prioritária da Agenda Urbana do Clima. Nesse caso, há uma indicação de intervenção sobre a questão ou diretrizes sobre como atuar para alcançar a ação prioritária, mas não apresenta detalhes sobre a forma de implementação daquela medida.

c. atende satisfatoriamente à ação prioritária em questão - Essa classificação é usada quando as propostas do plano de governo atendem corretamente ao enunciado de uma ação prioritária da agenda urbana do clima. Nesse caso, há menção sobre propostas específicas de intervenção para se alcançar a implementação da ação prioritária citada.

Os demais trechos que mencionam mudanças climáticas de maneira que não haja relação com as ações prioritárias da Agenda Urbana do Clima serão considerados em uma categoria “outros temas”, analisada na seção de Resultados e discussão. Ao final da análise de cada plano de governo, todas as 10 ações prioritárias da Agenda Urbana do Clima terão sido avaliadas de acordo com a classificação definida. Assim, alguns planos de governo podem não atender uma determinada ação prioritária e atender outras, sendo possível identificar pontos fortes e aspectos a serem melhorados de cada plano de governo, de acordo com cada ação prioritária da Agenda.

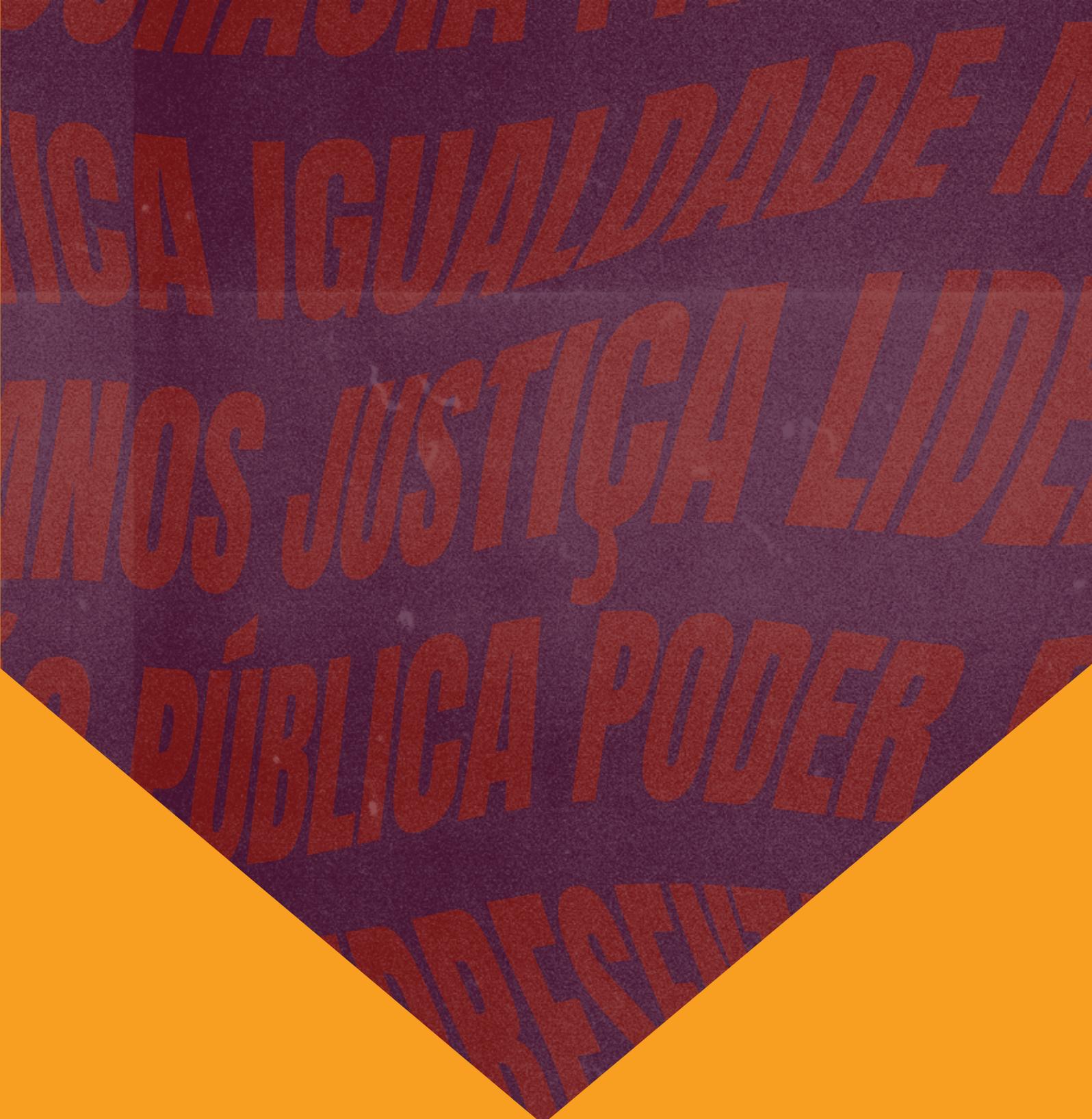
Além de considerar os tópicos destacados pela Agenda Urbana do Clima, é importante ressaltar que a parcela da população brasileira mais afetada por desastres naturais, chuvas intensas, alagamentos, enchentes e também pela pandemia é a população negra. Dessa forma, tendo em vista que pessoas são afetadas por políticas públicas municipais de diferentes formas e que a experiência na cidade varia significativamente de acordo com marcadores de gênero e raça, consideramos ambos como critérios transversais na análise dos dois objetivos específicos, avaliando de que forma as candidaturas mencionam propostas voltadas para as mulheres, população negra, comunidades vulneráveis e como esses temas dialogam com as questões ambientais e climáticas.

Por fim, todas as candidaturas foram individualmente analisadas de acordo com cada uma das ações prioritárias da Agenda Urbana do Clima e demais critérios estabelecidos pela análise como gênero e raça. A análise individual de cada uma das candidaturas está disponível em uma planilha disponível neste [link](#).

REFERÊNCIAS

³ A Agenda Urbana do Clima foi idealizada através de um processo colaborativo e coletivo e reconhece o papel central das cidades para aumentar a ambição climática, buscando fortalecer a resiliência e adaptação das cidades às mudanças do clima e promover um desenvolvimento urbano de baixo carbono com justiça social.





resultados

Resultados e discussões

Panorama eleitoral das capitais

As eleições municipais de 2020 no Brasil estavam inicialmente previstas para outubro deste ano, de acordo com o calendário oficial. No entanto, devido à pandemia, o pleito eleitoral foi adiado para 15 de novembro em 25 das 26 capitais brasileiras. Somente o município de Macapá não realizou a eleição por conta da crise energética local. O apagão elétrico afetou 13 dos 16 municípios do Estado do Amapá e atingiu diretamente 700 mil pessoas. A crise no abastecimento atingiu as eleições municipais e a capital Macapá teve o pleito adiado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para os dias 6 e 20 de dezembro, destinados para a realização do primeiro e segundo turno respectivamente. **O adiamento da eleição afetou os pilares da democracia representativa e ressaltou a importância de colocar as discussões sobre clima e resiliência de cidades no centro do debate político municipal.**

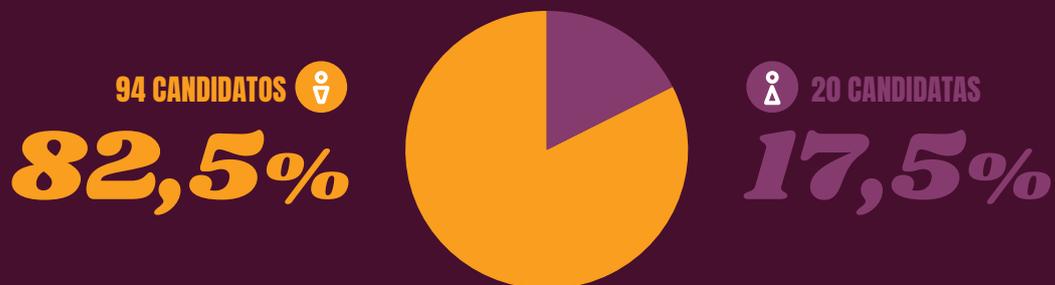
Considerando as 25 capitais que realizaram eleições, foram encontradas 114 candidaturas com mais de 5% de votos, sendo 20 delas candidaturas femininas (gráfico 1), as quais são analisadas neste relatório.

Das 20 candidatas mulheres com mais de 5% de votos nas capitais, 11 são brancas (55%), 5 pardas (25%) e 4 pretas (20%), regionalmente distribuídas conforme o gráfico a seguir.

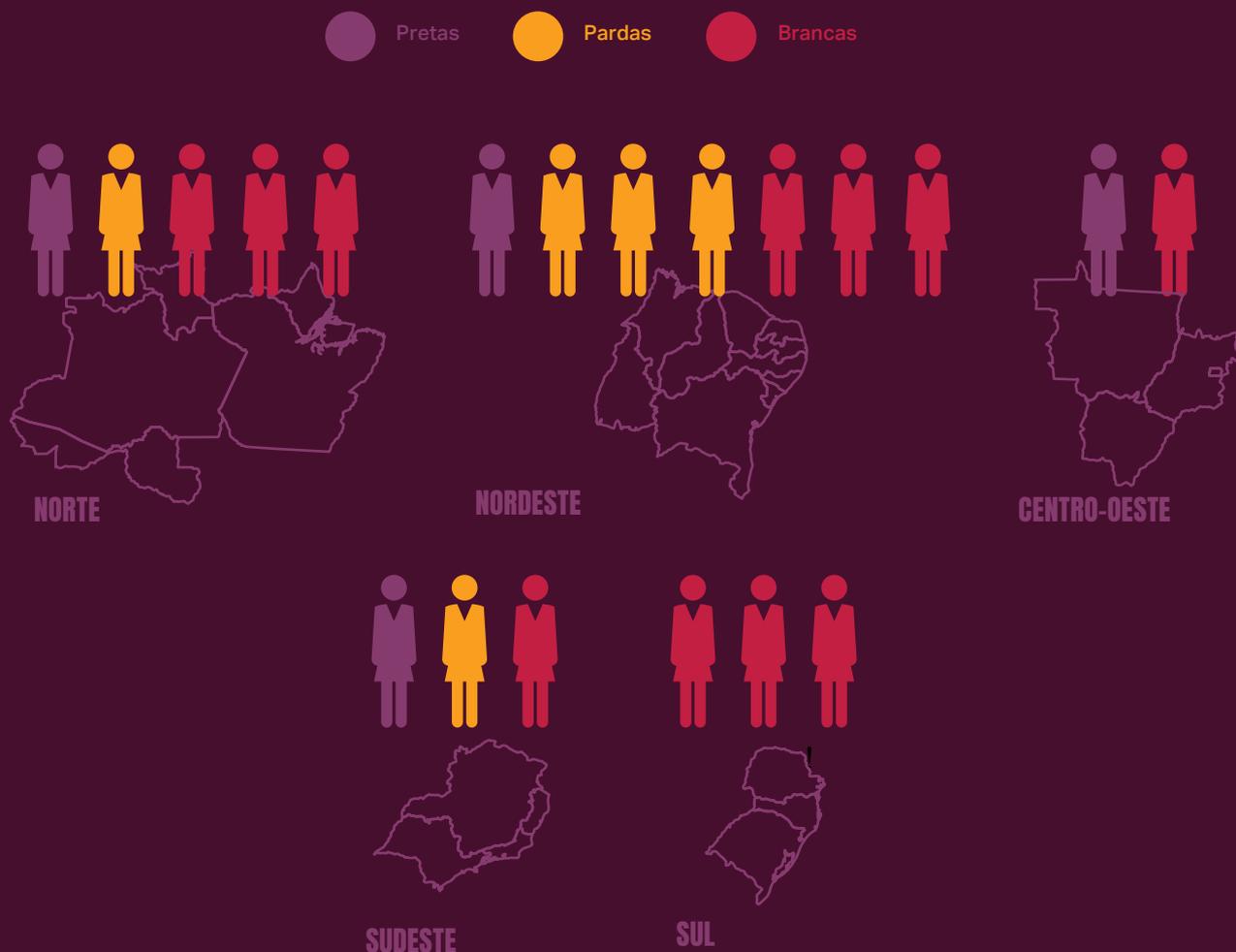
O partido político predominante nas 114 candidaturas com mais de 5% de votos foi o Partido dos Trabalhadores (PT) com 12 candidaturas, seguido por Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com 9, Republicanos com 8 e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 8.

GRÁFICO 1

Gênero das candidaturas com mais de 5% de votos nas Prefeituras das capitais



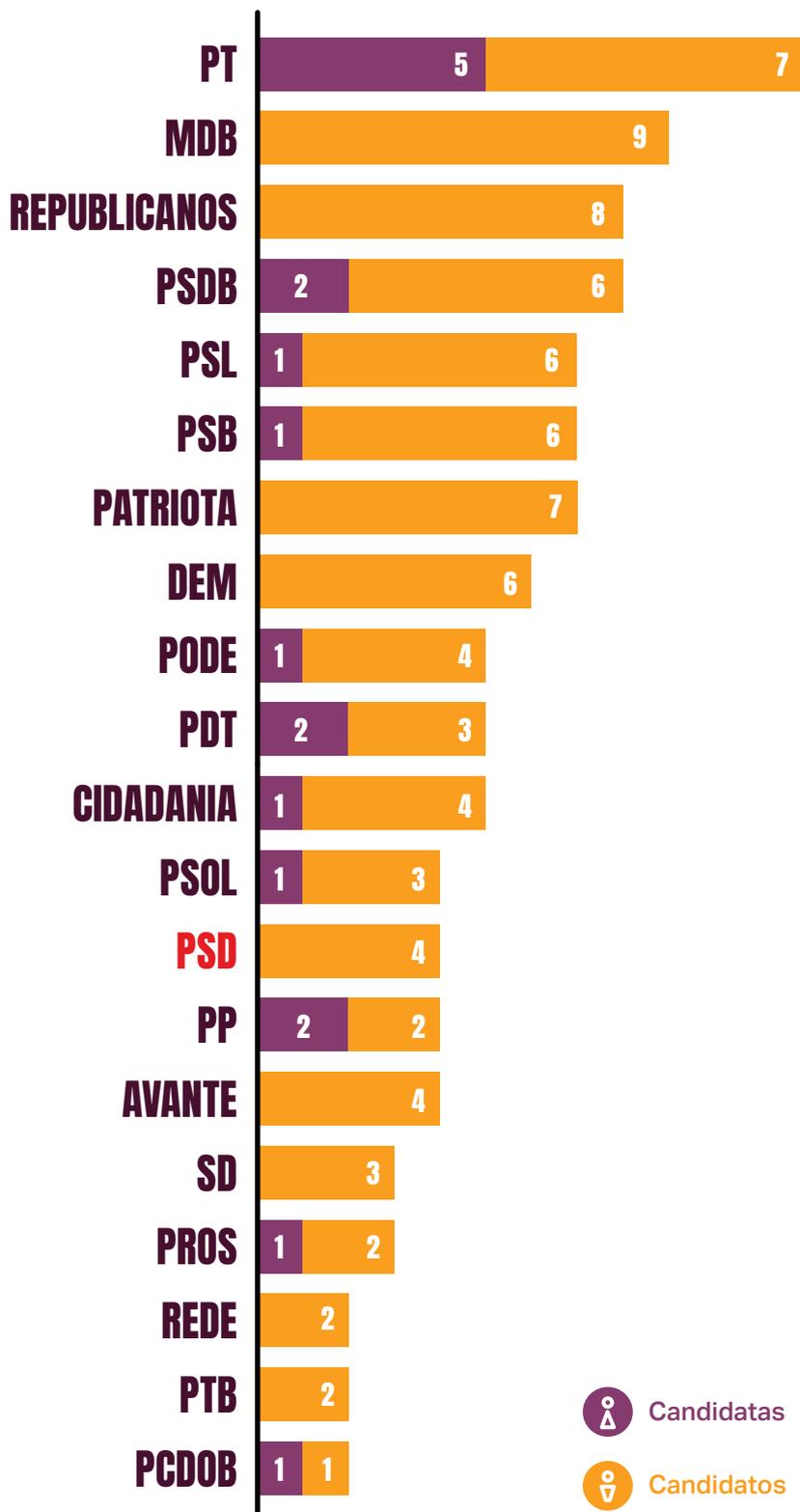
Distribuição racial das candidaturas de mulheres com mais de 5% de votos nas capitais por região



Fonte: elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 2

Candidaturas com mais de 5% de votos nas Prefeituras das capitais por gênero e por partido



Das eleições nas 25 capitais, 7 foram decididas em primeiro turno, no qual somente uma mulher foi **eleita - Cinthia Ribeiro, que venceu em Palmas (TO)**. Das 18 capitais que apresentaram segundo turno, 5 tiveram disputa entre homens e mulheres, com **nenhuma mulher sendo eleita**; e 13 foram disputas somente entre homens.

Considerando as 25 candidaturas eleitas nas capitais, DEM, PSDB e MDB lideram o ranking com 4 candidatos eleitos por cada um desses partidos. A partir do gráfico abaixo pode-se perceber que **os partidos de centro-direita⁴ foram predominantemente vitoriosos no cenário eleitoral municipal**.

Os partidos PSC e PV tem apenas 1 candidata. Os partidos DC, PL, PSD, PRTB e Solidariedade tem apenas 1 candidato | Fonte: elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 3

Distribuição de candidaturas eleitas nas capitais por partido e por gênero



Fonte: elaborado pelas autoras.

Análise de candidaturas femininas nas capitais

Para responder ao primeiro objetivo específico que se refere a análise de candidaturas femininas nas capitais, o levantamento de planos de governo submetidos ao TSE de candidaturas femininas nas capitais que tiveram acima de 5% de votos nas eleições de 2020 aponta para 20 candidatas mulheres⁵, conforme tabela a seguir.

TABELA 1

Sistematização das candidaturas femininas com mais de 5% de votos nas eleições de 2020 nas capitais brasileiras

Capital/Estado	Candidata	% votos	Partido
Rio Branco/Acre	Socorro Neri	22,68%	PSB
Salvador/Bahia	Major Denice	18,86%	PT
Fortaleza/Ceará	Luizianne Lins	17,76%	PT
Goiânia/Goiás	Del. Adriana Accorsi	13,39%	PT
Cuiabá/Mato Grosso	Gisela Simona	19,42%	PROS
Belo Horizonte/Minas Gerais	Áurea Carolina	8,33%	PSOL
João Pessoa/Paraíba	Edilma Freire	12,93%	PV
Recife/Pernambuco	Marília Arraes	27,90%	PT
Recife/Pernambuco	Del. Patrícia	14,04%	PODEMOS
Teresina/Piauí	Gessy Fonseca	12,14%	PSC
Rio de Janeiro/RJ	Del. Martha Rocha	11,30%	PDT
Rio de Janeiro/RJ	Benedita da Silva	11,27%	PT
Porto Alegre/Rio Grande do Sul	Manuela D'Ávila	29,00%	PCdoB
Porto Alegre/Rio Grande do Sul	Juliana Brizola	6,41%	PDT
Porto Velho/Rondônia	Cristiane Lopes	14,32%	PP
Boa vista/Roraima	Shéridan	8,90%	PSDB
Florianópolis/Santa Catarina	Angela Amin	7,42%	PP
Aracaju/Sergipe	Del. Danielle	21,31%	CIDADANIA
Palmas/Tocantins	Cinthia Ribeiro	36,24%	PSDB
Palmas/Tocantins	Vanda Monteiro	8,68%	PSL

Fonte: elaborado pelas autoras.

Para avaliar de que modo o debate público e político sobre temas relacionados às mudanças climáticas foi conduzido por candidaturas femininas no âmbito das capitais brasileiras, serão respondidas as seguintes perguntas orientadoras:

- Como as candidatas têm pautado mudanças climáticas?
- O tema das mudanças climáticas é mais mencionado por candidatas de algum partido?
- As candidatas de uma região específica tendem a reconhecer em maior escala as mudanças climáticas, em comparação com outras regiões?

A primeira pergunta orientadora, que se refere a como as candidatas têm pautado mudanças climáticas, é respondida com a classificação das propostas existentes nos planos de governo em relação a quanto elas atendem aos requisitos mínimos das ações prioritárias estabelecidas pela Agenda Urbana do Clima para as cidades, de acordo com a seguinte categorização: i) propostas não atendem à ação prioritária em questão; ii) propostas atendem parcialmente à ação prioritária em questão; ou iii) propostas atendem satisfatoriamente à ação prioritária em questão.

A seguir, analisamos como as candidaturas das capitais atendem a cada uma das ações prioritárias, destacando tendências e principais lacunas encontradas nos planos de governo. As células em vermelho apresentam as candidaturas que não atendem à ação prioritária em questão; as células em amarelo às candidaturas que atendem parcialmente; e as células verdes às candidaturas que mencionam satisfatoriamente a ação prioritária descrita.



10 Ações Prioritárias da Agenda Urbana do Clima

AÇÃO PRIORITÁRIA 1

Planejamento climático e governança metropolitana

Incentivar a criação de planos de ação climática municipais com planejamento e gestão multissetoriais, incorporando a governança regional e metropolitana, integrada e participativa, e com objetivo de mitigar as emissões de gases do efeito estufa e aumentar a resiliência das cidades.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Angela Amin (PP/Florianópolis),
Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas),
Vanda Monteiro (PSL/Palmas),
Del. Daniele Garcia (CIDADANIA/Aracaju),
Shéridan (PSDB/Boa Vista),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Del. Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Edilma Freire (PV/João Pessoa),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro) e
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Luizianne Lins (PT/ Fortaleza),
Manuela (PCdoB/Porto Alegre),
Cristiane Lopes (PP/Porto Velho) e
Del. Patrícia (PODE/Recife)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Major Denice (PT/Salvador),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre),
Marília Arraes (PT/Recife) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

De modo geral, as candidatas que atendem satisfatoriamente à ação propõem a revisão ou criação dos planos municipais, tais como Plano Diretor, Plano Municipal de Meio Ambiente e incorporam nesses planos as propostas sobre mudanças climáticas. As que mencionam parcialmente não oferecem detalhes sobre a elaboração dos planos municipais e as ações ou setores prioritários para a cidade.

Um exemplo satisfatório é o da candidata Shéridan (PSDB/Boa Vista) que sugere *coordenar e executar o novo Plano Diretor de Boa Vista com a participação de instituições, entidades e sociedade civil, visando o desenvolvimento urbano econômico e social, respeitando as especificidades de cada ecossistema, a capacidade de suporte do território, as características da ocupação e uso do solo, a mitigação dos riscos ambientais, adaptação às mudanças climáticas e, sobretudo, o bem estar da população*. Já o Manuela (PCdoB/Porto Alegre) apresenta uma abordagem mais genérica do tema ao se comprometer a *debater e elaborar o plano municipal de mitigação e adaptação às mudanças climáticas para a realidade de Porto Alegre, sem especificar quais atores serão mobilizados para a discussão ou prioridades de mitigação e adaptação*.

Uma lacuna identificada nessa ação prioritária é o baixo incentivo à participação social na formulação de propostas de lei e planos de desenvolvimento da cidade, o que demonstra a falta de conscientização sobre a importância de identificar e resolver os problemas da cidade em harmonia com o desenvolvimento sustentável e de forma participativa.

AÇÃO PRIORITÁRIA 2

Saneamento e gestão sustentável da água

Acelerar a expansão do saneamento básico, a partir de modelos de gestão inovadores, que ampliem o acesso à água potável e ao tratamento de esgoto, reforcem os sistemas de drenagem que captam e re-utilizam a água de chuva, com grandes reflexos no bem estar e na saúde da população e gerando empregos no setor da construção civil.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Cinthia Ribeiro - (PSDB/Palmas),
Vanda Monteiro (PSL/Palmas),
Major Denice (PT/Salvador),
Del. Daniele Garcia (CIDADANIA/Aracaju),
Shéridan (PSDB/ Boa Vista),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Del. Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Manuela (PCdoB/Porto Alegre),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre),
Cristiane Lopes (PP/Porto Velho),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro),
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Angela Amin (PP/Florianópolis),
Luizianne Lins (PT/Fortaleza) e
Marília Arraes (PT/Recife)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Edilma Freire (PV/ João Pessoa) e
Del. Patrícia (PODE/Recife)

As candidaturas que respondem satisfatoriamente à ação propõem, principalmente, a expansão do saneamento básico através de obras de infraestrutura urbana, com foco em drenagem pluvial e monitoramento da qualidade da água oferecida à população. Um exemplo é a candidata Gessy Fonseca (PSC/Teresina), que oferece uma série de medidas para o saneamento urbano e a gestão da água, entre elas *a revitalização e incentivo à preservação dos rios de nossa cidade; a regularização do abastecimento de água de responsabilidade do município nas comunidades rurais onde a população ainda enfrenta o drama do desabastecimento; e a elaboração e execução de projetos de drenagem das áreas de alagamento do município, minimizando riscos iminentes.* Por outro lado, as candidaturas que atendem parcialmente à ação costumam citar saneamento de forma genérica e abrangente, sem determinar metas, como exemplo de Angela Amin (PP/Florianópolis), que sugere *garantir o acesso ao saneamento básico, a ruas pavimentadas, postos de saúde, creches, áreas de lazer e outros serviços públicos*, sem descrever como irá ampliar o acesso aos serviços municipais.

Além disso, **um ponto a ser fortemente incentivado nos municípios é a gestão da água da chuva, uma vez que esse tópico não foi percebido como uma prioridade em todos os planos de governos analisados.**

AÇÃO PRIORITÁRIA 3

Saúde e redução da poluição

Reduzir a poluição local e emissões que impactam a qualidade do ar, mitigando a mudança climática e focando no bem-estar e na saúde da população, através da redução de fontes de emissão como queimadas, queima de combustíveis fósseis no transporte de carga e passageiros, entre outros, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo os custos para a saúde pública.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Del. Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro) e
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Manuela (PCdoB/Porto Alegre) e
Cristiane Lopes (PP/Porto Velho)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Angela Amin (PP/Florianópolis),
Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas),
Vanda Monteiro (PSL/Palmas),
Major Denice (PT/Salvador),
Del. Daniele Garcia (CIDADANIA/Aracaju),
Shéridan (PSDB/Boa vista),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Luizianne Lins (PT/Fortaleza),
Edilma Freire (PV/João Pessoa),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre),
Marília Arraes (PT/Recife),
Del. Patrícia (PODE/Recife) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

Os planos de governo que atendem satisfatoriamente a essa ação apresentam, principalmente, **foco na relação entre mobilidade urbana e poluição do ar e sonora**. Costumam incentivar o uso de transporte coletivo de pessoas para reduzir o volume de trânsito nas ruas, diminuindo a poluição do ar e o nível de ruído. Como exemplo, a candidata Delegada Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro) propõe *definir, a partir de estudos consistentes, com base na experiência de outras cidades do mundo e em parceria com outros níveis de governos, metas claras, transparentes e ousadas para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), com ênfase em projetos de mobilidade sustentável, eficiência energética, estímulo ao uso de energia limpa (solar, maremotriz, etc.), reflorestamento, ampliação de áreas verdes e combate ao desmatamento; buscando articular as políticas de saúde às de saneamento básico na cidade, com atenção especial ao desenvolvimento de ações que ampliem a oferta de esgotamento sanitário e tratamento de água*.

As candidaturas que atendem parcialmente à ação referem-se com frequência à redução da poluição de forma genérica, como faz a candidata Cristiane Lopes (PP/Porto Velho), que menciona o compromisso de *combate à poluição*, sem apresentar as medidas para atingir essa meta.

Uma lacuna identificada é que os demais planos de governo não se comprometem em realizar um levantamento dos principais setores em termos de emissões de gases do efeito estufa, portanto a mitigação e a redução da poluição não estão necessariamente ligados aos setores que mais poluem naquele município.

AÇÃO PRIORITÁRIA 4

Segurança alimentar e nutricional

Implementar políticas públicas e parcerias de estímulo à produção local, acessível, sustentável e circular de alimentos saudáveis e de redução do desperdício, garantindo o acesso de todos os segmentos da população a uma alimentação regular, saudável, beneficiando a saúde e qualidade de vida de todos.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas),
Vanda Monteiro (PSL/Palmas),
Major Denice (PT/Salvador),
Del. Daniele Garcia (CIDADANIA/Aracaju),
Shéridan (PSDB/ Boa Vista),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Delegada Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Edilma Freire (PV/João Pessoa),
Manuela (PCdoB/Porto Alegre),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre),
Cristiane Lopes (PP/Porto Velho),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro),
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Nenhuma candidatura atende parcialmente a essa ação prioritária.

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Angela Amin (PP/Florianópolis), Luizianne Lins (PT/Fortaleza), Marília Arraes (PT/Recife) e Delegada Patrícia (PODE/Recife)

As candidaturas que respondem satisfatoriamente à ação citam, em sua maioria, a criação de hortas comunitárias em espaços públicos e escolas, assim como oferecem apoio financeiro ou logístico para a agricultura familiar, cedendo espaço para cultivo ou espaço para comercialização de produtos livre de agrotóxicos. Como exemplo, cita-se a candidata Vanda Monteiro (PSL/Palmas), que propõe diversas ações, dentre elas a Assistência Técnica à Agricultura Familiar, *concedendo apoio à agricultura familiar com o restabelecimento da assistência técnica rural (programa de renda e não apenas de subsistência, incluindo o programa de Compra Direta do Município, objetivando a mudança de hábitos de consumo da população, gerando renda e agregando valor ambiental*. Além disso, a candidata prevê a criação de Escolas Agrícolas, buscando *parcerias para transformar Escolas Estaduais, localizadas na zona rural da capital, em Escolas Agrícolas de Tempo Integral e de capacitação tecnológica para o campo*; bem como a revitalização de hortas comunitárias, prevendo a *revitalização e implantação das hortas comunitárias em todas as regiões da capital, em parceria com as associações de moradores*.

Nenhuma candidatura atende parcialmente à ação e **uma lacuna importante é que os planos de governo não costumam relacionar a produção de alimentos com a redução do desperdício**.

AÇÃO PRIORITÁRIA 5

Resíduos sólidos

Incentivar que os governos eliminem os lixões e adotem políticas públicas de fomento à redução da geração de resíduos, reciclagem e tratamento sustentável de resíduos orgânicos e toda a cadeia produtiva associada para geração de empregos e redução da poluição de rios, baías e mananciais.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas),
Vanda Monteiro (PSL/Palmas),
Major Denice (PT/Salvador),
Del. Daniele Garcia (CIDADANIA/Aracaju),
Shéridan (PSDB/Boa Vista),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Del. Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Edilma Freire (PV/João Pessoa),
Manuela (PCdoB/Porto Alegre),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre),
Cristiane Lopes (PP/Porto Velho),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro) e
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Angela Amin (PP/Florianópolis),
Luizianne Lins (PT/Fortaleza),
Marília Arraes (PT/Recife) e
Del. Patrícia (PODE/Recife)

A proposta mais comum entre as candidaturas que atendem satisfatoriamente é o incentivo e a ampliação da coleta seletiva nos municípios. Além disso, os planos de governo oferecem apoio também a cooperativas e às associações que trabalham com resíduos sólidos recicláveis. Como exemplo, a candidata Gisela Simona (PROS/Cuiabá) sugere *implantar, em parceria com as cooperativas de reciclagem de lixo, a coleta seletiva em 100% dos condomínios e edifícios de Cuiabá, expandindo para os bairros, de modo a atender até 30% da demanda até 2024*. Seu plano de governo também propõe a implantação de *programa de inclusão socioprodutiva de catadores, articulado com a coleta seletiva, implantando estações de triagem, reciclagem e logística reversa, com metas cristalinas de redução gradativa do volume de resíduos destinados ao aterro sanitário; e um projeto definitivo de aterro sanitário e processamento de 100% das 500 toneladas diárias de lixo de Cuiabá, cumprindo a legislação ambiental e as recomendações do Ministério Público*.

Além disso, somente uma candidatura refere-se parcialmente a essa ação prioritária. Gessy Fonseca (PSC/Teresina) propõe *ampliar e incentivar a coleta seletiva de materiais recicláveis*, mas sem apresentar um detalhamento na elaboração de metas sobre a coleta seletiva da cidade.

Uma lacuna identificada é que os planos de governo não costumam investir em ações voltadas para reduzir a geração de resíduos, mas focam em como destinar corretamente o excesso de resíduos produzidos pela população.

AÇÃO PRIORITÁRIA 6

Economia local e solidária com geração de empregos sustentáveis

Fomentar a geração de empregos verdes e a inovação em tecnologias sustentáveis, considerando as necessidades das áreas periféricas e dos territórios, com adoção de critérios sustentáveis nos processos de compras e contratações municipais e geração de renda nas localidades.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas),
Vanda Monteiro (PSL/Palmas),
Shéridan (PSDB/ Boa Vista), Del. Adriana
Accorsi (PT/Goiânia),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre), Cristiane
Lopes (PP/Porto Velho),
Marília Arraes (PT/Recife),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro),
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Angela Amin (PP/Florianópolis),
Manuela (PCdoB/Porto Alegre) e
Del. Patrícia (PODE/Recife)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Major Denice (PT/Salvador),
Del. Daniele Garcia (CIDADANIA/Aracaju),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Luizianne Lins (PT/Fortaleza) e
Edilma Freire (PV/João Pessoa)

Dentro dessa ação prioritária, as candidatas costumam mencionar satisfatoriamente a economia criativa de forma competitiva e sustentável, assim como propõem a geração de renda na cidade através da compra dos alimentos produzidos por pequenos e médios produtores locais para produção de merendas escolares ou através da contratação de serviços de manutenção da infraestrutura verde. Por exemplo, o plano de governo da candidata Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre) tem como objetivo incentivar a economia criativa, as empresas inovadoras de base tecnológica e sustentável, por meio de *incentivos fiscais (isenção de IPTU, ITBI e redução do ISS) para imóveis e/ou empresas de base tecnológica. A candidata também propõe a criação de um parque industrial tecnológico e sustentável; e do programa Porto Alegre Cuidada, visando a geração de postos de trabalho, através da manutenção de parques, praças e vias públicas.*

Planos de governo que se referem parcialmente à ação prioritária não oferecem detalhes da implementação dos projetos. Esse é o caso da candidata Delegada Patrícia (PODE/Recife), que propõe a *inclusão produtiva com base em uma economia cooperativa e solidária*, sem detalhar propostas concretas que contribuam com esse objetivo.

Uma lacuna identificada nessa ação é a dificuldade que as candidaturas têm em especificar o que são tecnologias sustentáveis e como elas serão incorporadas nas políticas municipais. Mesmo considerando as candidaturas que colocam tecnologia sustentável como prioridade, não fica explícito quais setores da economia seriam favorecidos com essa tecnologia e qual seria o impacto econômico e ambiental da implementação das mesmas.

AÇÃO PRIORITÁRIA 7

Reação a desastres e Resiliência

Aprimorar a capacidade de resposta a eventos extremos e a situações de crises, a partir de uma gestão de riscos territoriais e de um plano municipal de adaptação à mudança do clima com um conjunto de medidas prioritárias de resiliência, de amparo social, e de resposta a desastres como deslizamentos, inundações, secas, ilhas de calor, elevação do nível do mar e outros perigos climáticos.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Del. Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Edilma Freire (PV/João Pessoa),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco) e
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Del. Daniele Garcia (CIDADANIA/Aracaju),
Cristiane Lopes (PP/Porto Velho),
Marília Arraes (PT/Recife) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Angela Amin (PP/Florianópolis),
Cinthia Ribeiro (PSDB//Palmas),
Vanda Monteiro (PSL/Palmas),
Major Denice (PT/Salvador),
Shéridan (PSDB/Boa Vista),
Luizianne Lins (PT/Fortaleza),
Manuela (PCdoB/Porto Alegre),
Del. Patrícia (PODE/Recife) e
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro)

As candidatas que se referem satisfatoriamente a essa ação, de modo geral, ressaltam a necessidade de desenvolver leis ou projetos com foco na mitigação dos riscos de desastres ambientais, principalmente com relação às enchentes ou deslizamentos de terra. Essa ação prioritária dialoga diretamente com as ações de saneamento básico, visto que as propostas de drenagem urbana influenciam na gestão hídrica da cidade, assim como minimizam as chances de alagamentos e favorecem o escoamento da água da chuva. Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte), por exemplo, propõe *priorizar obras de contenção de risco geológico, de drenagem e de contenção/enfrentamento de enchentes em áreas vulneráveis. Além disso, o plano de governo sugere criar processos participativos locais na base, como o mapeamento participativo dos riscos climáticos (manchas de inundação, riscos geológicos, incidência de doenças por vetores e ocorrência de ondas de calor); ampliar e potencializar os alertas de chuva e de riscos geológicos; estabelecer planos de contingência, como evacuação de área de risco iminente, ações para mudança do fluxo de trânsito, mobilidade, apoio social para grupos e indivíduos atingidos (alimentação, moradia, renda, suporte médico e psicológico), habitação, entre outros temas.*

No entanto, quem responde parcialmente a esse critério apresenta propostas abrangentes, sem citar tópicos e áreas prioritárias para ação, como Marília Arraes (PT/Recife), que afirma o compromisso de *adotar medidas para iniciar a transição ecológica na cidade, contribuindo para o controle das mudanças climáticas e a mitigação dos efeitos de eventos extremos, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e da poluição.*

A principal lacuna dessa ação é que as candidaturas, de modo geral, reconhecem a necessidade de investir na resiliência das cidades, mas não descrevem como serão feitas as ações e não fazem referência sobre como as maiores vulnerabilidades do município serão trabalhadas.

AÇÃO PRIORITÁRIA 8

Transporte Público e Mobilidade

Promover o uso de transporte público de massa acessível, com foco na integração dos diferentes modais e estímulo a alternativas sustentáveis de mobilidade (desestímulo ao uso de transporte individual motorizado e estímulo à mobilidade ativa com criação de ciclovias e zonas de pedestres), adoção do bilhete único, redução dos tempos de deslocamento, integração das diferentes regiões da cidade e redução das emissões veiculares através do uso de tecnologias de zero emissão.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Angela Amin (PP/Florianópolis),
Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas),
Major Denice (PT/Salvador),
Del. Daniele Garcia (CIDADANIA/Aracaju),
Shéridan (PSDB/Boa Vista),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Del. Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Edilma Freire (PV/João Pessoa),
Manuela (PCdoB/Porto Alegre),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre),
Marília Arraes (PT/Recife),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro),
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Cristiane Lopes (PP/Porto Velho) e
Del. Patrícia (PODE/Recife)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Vanda Monteiro (PSL/Palmas) e
Luizianne Lins (PT/Fortaleza)

Os planos de governo que atendem satisfatoriamente a essa ação têm como foco a manutenção de ônibus e ciclofaixas. É comum identificar a necessidade de expandir as integrações, melhorar a qualidade dos serviços de ônibus oferecidos, climatizar a frota e aumentar o número de veículos disponíveis. Outra proposta recorrente é o investimento em espaços para criação de ciclofaixas e circulação de pedestres, incentivando a diminuição do uso dos transportes individuais.

A candidata Socorro Neri (PSB/Rio Branco) propõe ampliar a *quantidade de ciclovias/ciclofaixas, integrando, modernizando e revitalizando a malha cicloviária existente*. A candidata também sugere *promover a diversificação das alternativas de mobilidade integrando diversos modais; implantar um Programa de Redução de Poluentes, buscando a transição para veículos menos poluentes, reduzindo o impacto do transporte público sobre o ambiente e a saúde pública; e implantar corredores inteligentes para transporte rápido de coletivos que reduzam os tempos de deslocamento*.

As candidaturas que atendem parcialmente à ação, referem-se com frequência à busca por promover uma mobilidade sustentável, porém com poucos detalhes sobre como implementar essa proposta, assim como sugerido pela candidata Cristiane Lopes (PP/Porto Velho), que menciona a *promoção da educação no trânsito, priorizando a mobilidade sustentável e a segurança de pedestres e ciclistas*.

O principal desafio percebido é que os planos de governo, apesar de afirmarem investimento em projetos de compartilhamento de bicicletas, ainda têm foco em ônibus e transporte de massa dependentes de combustíveis fósseis, sem considerar a importância de reduzir as emissões veiculares através do uso de tecnologias de zero emissão.

AÇÃO PRIORITÁRIA 9

Áreas verdes

Incentivar o aumento da oferta de áreas verdes nas cidades para todos os cidadãos e em todas as regiões, incluindo criação de parques, arborização de vias, tetos e paredes verdes, proteção de unidades de conservação e ações de reflorestamento, visando aumentar a captura de carbono, reduzir ilhas de calor e mitigar a desigualdade ambiental.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas),
Vanda Monteiro (PSL/Palmas),
Del. Daniele Garcia (CIDADANIA/Aracaju),
Shéridan(PSDB/ Boa Vista),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Del. Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Edilma Freire (PV/Jão Pessoa),
Manuela (PCdoB/ Porto Alegre),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre),
Cristiane Lopes (PP/Porto Velho),
Marília Arraes (PT/Recife),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro) e
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Luizianne Lins (PT/Fortaleza)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Angela Amin (PP/Florianópolis),
Major Denice (PT/Salvador),
Del. Patrícia (PODE/Recife) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

As ações que mais se repetem nos planos de governo que respondem satisfatoriamente a essa ação são referentes à expansão e revitalização de ambientes públicos, tais como parques e praças e a manutenção de Unidades de Conservação (UCs).

A candidata Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro) traz essa meta bem elaborada abordando pontos como *definir um novo modelo de gestão para as unidades de conservação municipais, a ser debatido com a sociedade, considerando a possibilidade de recategorização, ampliações e fusões desses espaços protegidos, com sustentabilidade financeira; criar UCs a partir de estudos realizados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) e das demandas da sociedade, com ênfase nas zonas norte e oeste; trabalhar a possibilidade de gestão integrada com os governos federal e estadual, em especial em relação ao Parque Natural Municipal do Mendanha, estabelecendo um termo de parceria com as devidas metas e recursos financeiros.*

As candidaturas que mencionam parcialmente a ação referem-se de modo abrangente a áreas verdes, a exemplo da candidata Luizianne Lins (PT/Fortaleza), a qual afirma que *a preservação e uso sustentável dos ativos ambientais está na ordem do dia para a governança municipal*, mas não apresenta detalhes das ações que serão implementadas para garantir a preservação dos espaços.

Além disso, **não foram identificadas menções relacionadas ao incentivo de construção de tetos e paredes verdes em todos os planos de governo analisados.**

AÇÃO PRIORITÁRIA 10

Energia e eficiência energética

Adotar medidas de fomento à geração distribuída de energia renovável, como solar e eólica, e de ações de aumento de eficiência energética em edifícios existentes e novas construções. Energia representa o segundo setor mais relevante nas emissões de gases do efeito estufa nas cidades brasileiras e tem grande potencial de geração de empregos.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas),
Vanda Monteiro (PSL/Palmas),
Del. Daniele Garcia (CIDADANIA/Aracaju),
Shéridan (PSDB/ Boa Vista),
Del. Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Edilma Freire (PV/João Pessoa),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro) e
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Major Denice (PT/Salvador),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Manuela (PCdoB/Porto Alegre) e
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Angela Amin (PP/Florianópolis),
Luizianne Lins (PT/Fortaleza),
Cristiane Lopes (PP/Porto Velho),
Marília Arraes (PT/Recife), Del.
Patrícia (PODE/Recife) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

De modo geral, as candidaturas que correspondem satisfatoriamente a essa ação apresentam interesse em implementar lâmpadas de LED nos espaços públicos, assim como buscam formas de incentivar a instalação de energia solar na cidade ou nos prédios da administração pública. A candidata Socorro Neri (PSB/Rio Branco) se compromete a realizar estudos de viabilidade para o aproveitamento energético do biogás do Aterro Sanitário de Rio Branco; implantar usina de energia solar e complexo repleto de módulos fotovoltaicos, a fim de gerar energia elétrica a ser distribuída nos edifícios públicos municipais, priorizando escolas e unidades de saúde e de assistência social; e incentivar o uso de biodigestores e placas solares para a geração de energia na zona rural. Além disso, compromete-se a criar o IPTU Verde, visando incentivo fiscal para proprietários de imóveis arborizados, assim como aqueles que adotam energias sustentáveis.

Os planos de governo que atendem parcialmente à ação apresentam interesse em desenvolver um sistema de iluminação pública sustentável, mas não descrevem de que forma o mesmo será implementado. Como exemplo, destaca-se a candidata Major Denice (PT/ Salvador), a qual afirma que irá elaborar um projeto de implantação gradativa na rede pública de projetos de reuso e energia solar, mas não elabora com relação a metas, prazos e locais prioritários para implantação da energia solar.

Além disso, **uma lacuna identificada é que há quase nenhuma atenção dada à energia eólica, com grande potencial de exploração por parte das candidaturas em eleições futuras.**

O gráfico abaixo demonstra a distribuição dos planos de governo que mencionam temas relacionados a cada uma das ações prioritárias da Agenda Urbana do Clima. Em seguida, a tabela demonstra o resultado do levantamento, considerando o total de 20 candidaturas de mulheres analisadas (100% da amostra).

GRÁFICO 4

Planos de governo de mulheres e menção às ações prioritárias da Agenda Urbana do Clima nas capitais brasileiras

✓ Atendem satisfatoriamente ⚠ Atendem parcialmente ✗ Não atendem

TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE



SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



ÁREAS VERDES



RESÍDUOS SÓLIDOS



SANEAMENTO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DE ÁGUA



ECON. LOCAL E SOLIDARIA COM GERAÇÃO DE EMPR. SUSTENTAVÉIS



PLANEJAMENTO CLIMÁTICO E GOVERNANÇA METROPOLITANA



ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA



REAÇÃO A DESASTRES E RESILIÊNCIA



SAÚDE E REDUÇÃO DA POLUIÇÃO



Fonte: elaborado pelas autoras.

TABELA 2

Distribuição dos planos de governo de mulheres que mencionam temas relacionados à Agenda Urbana do Clima nas capitais brasileiras

Ação Prioritária da Agenda Urbana do Clima	Propostas não atendem à ação prioritária	Propostas atendem parcialmente à ação prioritária	Propostas atendem satisfatoriamente à ação prioritária
1. Planejamento climático e governança metropolitana	4 (20%)	4 (20%)	12 (60%)
2. Saneamento e gestão sustentável da água	2 (10%)	3 (15%)	15 (75%)
3. Saúde e redução da poluição	13 (65%)	2 (10%)	5 (25%)
4. Segurança alimentar e nutricional	4 (20%)	0	16 (80%)
5. Resíduos sólidos	4 (20%)	1 (5%)	15 (75%)
6. Economia local e solidária com geração de empregos sustentáveis	5 (25%)	3 (15%)	12 (60%)
7. Reação a desastres e Resiliência	9 (45%)	4 (20%)	7 (35%)
8. Transporte Público e Mobilidade	2 (10%)	2 (10%)	16 (80%)
9. Áreas verdes	4 (20%)	1 (5%)	15 (75%)
10. Energia e eficiência energética	6 (30%)	4 (20%)	10 (50%)

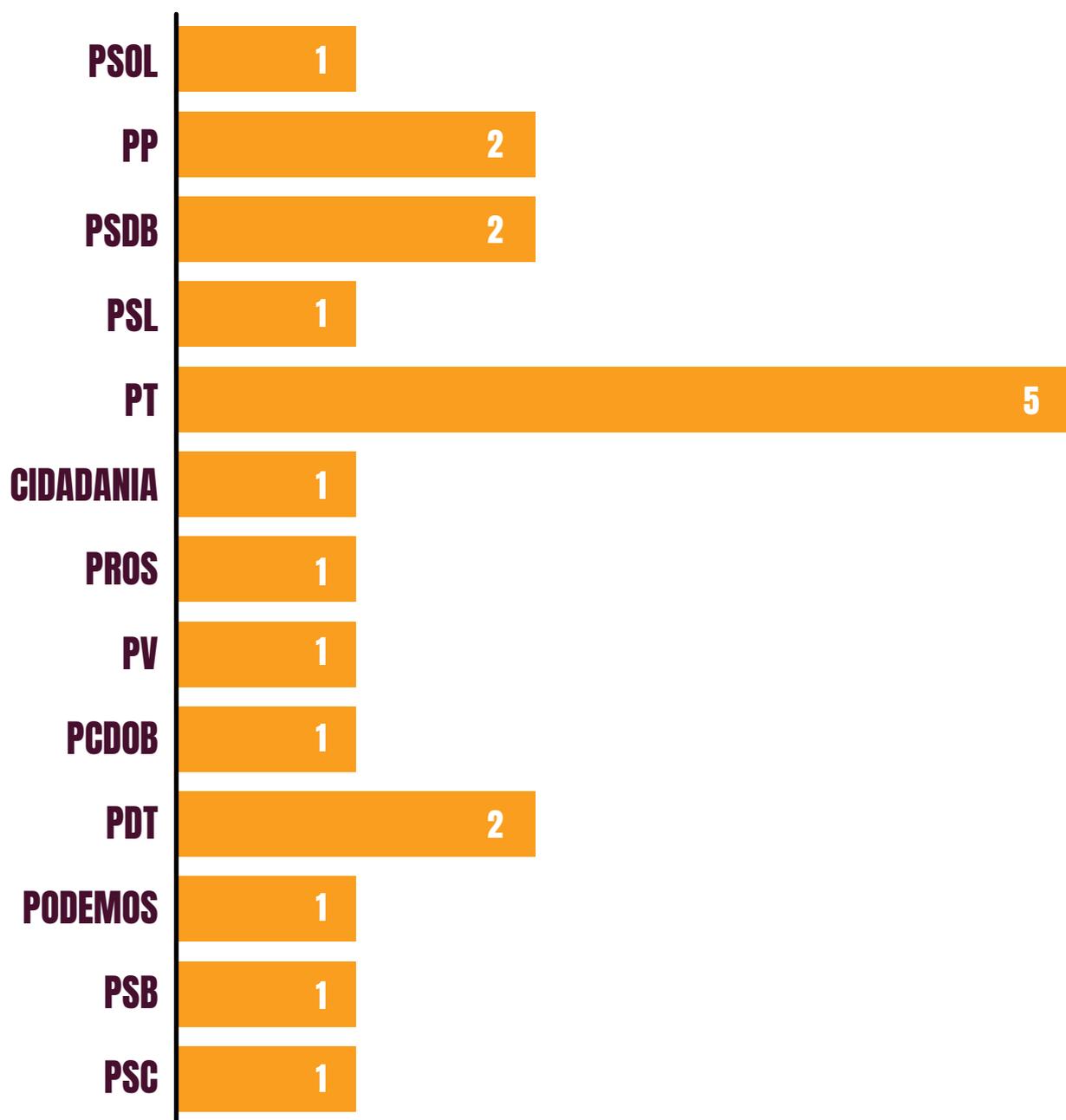
Fonte: elaborado pelas autoras.

Em resumo, pode-se perceber que as propostas voltadas para Transporte Público e Mobilidade, bem como Segurança Alimentar e Nutricional lideram a agenda municipal eleitoral sobre mudanças climáticas e se repetem em 16 dos 20 planos de governo analisados. Em seguida, as propostas sobre Saneamento e gestão sustentável da água, Resíduos sólidos e Áreas verdes são mencionadas por 15 planos de governos. Por outro lado, as medidas presentes nos planos de governo demonstram que 13 candidaturas não propuseram ações voltadas para Saúde e redução da poluição, seguido por 9 candidatas que não citaram a Reação a desastres e Resiliência como prioridade na política local.

A segunda pergunta orientadora tenta compreender se o tema das mudanças climáticas é mais mencionado por algum partido específico. A sistematização das candidaturas femininas com mais de 5% de votos nas eleições de 2020 demonstrou que 13 partidos políticos foram analisados neste relatório. O perfil partidário das 20 candidatas segue a tendência das candidaturas nacionais, com a maioria filiada ao PT (5). Além disso, os demais partidos que apresentaram mais candidatas são do PP (2), PSDB (2) e PDT (2). A única mulher eleita, Cinthia Ribeiro, é do PSDB/Palmas.

GRÁFICO 5

Distribuição das candidaturas de mulheres por partido nas capitais brasileiras



Fonte: elaborado pelas autoras.

A relação entre partidos e a abordagem do tema de mudanças climáticas é apresentada no quadro abaixo. Considerando o recorte da análise, observa-se uma priorização da agenda climática por candidatas de partidos de diferentes espectros políticos que atendem satisfatoriamente a mais de 70% das ações prioritárias da Agenda Urbana do Clima, incluindo PSOL, PT, PSB, PDT, PSDB, PSL, CIDADANIA, PROS e PV enquanto menos da metade das ações prioritárias são atendidas satisfatoriamente por candidatas do PT, PSC, PP e PODEMOS.

TABELA 3**Relação entre partido, candidatura e menção aos itens da agenda urbana do clima**

Partido	Candidata	Município/UF	Percentual de ações prioritárias satisfatoriamente atendidas	Percentual de ações prioritárias parcialmente atendidas	Percentual de ações prioritárias não atendidas
PSOL	Áurea Carolina	Belo Horizonte	100%	0%	0%
PT	Del. Adriana Accorsi	Goiania	100%	0%	0%
PSB	Socorro Neri	Rio Branco	100%	0%	0%
PDT	Del. Martha Rocha	Rio de Janeiro	100%	0%	0%
PT	Benedita da Silva	Rio de Janeiro	90%	0%	10%
PSDB	Cinthia Ribeiro	Palmas	80%	0%	20%
PSDB	Shéridan	Boa vista	80%	0%	20%
PSL	Vanda Monteiro	Palmas	70%	0%	30%
CIDADANIA	Del. Daniele Garcia	Aracaju	70%	10%	20%
PROS	Gisela Simona	Cuiabá	70%	10%	20%
PV	Edilma Freire	João Pessoa	70%	0%	30%
PDT	Juliana Brizola	Porto Alegre	70%	10%	20%
PCDOB	Manuela	Porto Alegre	50%	40%	10%
PP	Cristiane Lopes	Porto Velho	50%	40%	10%
PT	Major Denice	Salvador	40%	10%	40%
PSC	Gessy Fonseca	Teresina	40%	20%	40%
PT	Marília Arraes	Recife	30%	20%	50%
PP	Angela Amin	Florianópolis	20%	20%	60%
PT	Luizianne Lins	Fortaleza	0%	30%	70%
PODE	Del. Patrícia	Recife	0%	30%	70%

Fonte: elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 8

Dessa distribuição por região são encontrados 16 estados com candidatas mulheres



Por outro lado, 9 estados não tiveram candidaturas femininas expressivas ou com mais de 5% de votos - Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Pará, Alagoas, Amazonas, São Paulo, Maranhão e Espírito Santo.

Dessas 20 candidaturas femininas que tiveram acima de 5% de votos nas eleições de 2020, 10 reconhecem explicitamente que as mudanças climáticas existem e devem ser consideradas nas políticas municipais. No entanto, considerando que as regiões são compostas por diferentes quantidades de estados e a distribuição de candidaturas também é desigual entre as regiões, a comparação em números absolutos não seria metodologicamente correta, uma vez que regiões maiores apresentaram maior quantidade de candidaturas e, por isso, apresentam mais chance de mencionar propostas sobre clima.

Assim, como solução para evitar o viés na análise, a comparação aconteceu considerando a proporção do número de candidaturas totais relacionada ao número de candidaturas que mencionam a pauta climática. Portanto, em comparação proporcional, o número de candidaturas que reconhecem a emergência do tema entre as regiões é o seguinte:

Além dos critérios por partido ou por região, existem outras abordagens que se referem às mudanças climáticas e são exploradas na análise. Mais do que citar ou de reconhecer a existência das mudanças climáticas, os planos de governo de 4 candidaturas - Major Denice (PT/Salvador), Delegada Adriana Accorsi (PT/Goiás), Manuela (PCdoB/Porto Alegre) e Marília Arraes (PT/Recife) - mencionam também a importância de realizar uma transição ecológica para os municípios. O uso do conceito de transição ecológica nos planos de governo de candidaturas do PT pode ter sido resultado de uma articulação e capacitação programática feita pelo partido, a qual reflete uma capilarização das pautas nacionais nos compromissos municipais⁶.

Essa transição ecológica consiste em “uma estratégia para alcançar uma nova forma de produção com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, valendo-se, para isso, de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes, assegurando a saúde do planeta, superando a crise climática e protegendo os biomas”, conforme citado pela candidata Marília Arraes (PT/Recife). A candidata Major Denice (PT/Salvador) é a única que não menciona mudanças climáticas, mas defende a transição ecológica para alcançar o desenvolvimento sustentável do município de Salvador.

Alguns planos de governo também relacionam mudanças climáticas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como

feito pelas candidatas Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte), Delegada Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro) e Socorro Neri (PSB/Rio Branco). As 3 candidatas se propõem a implementar medidas que considerem algum dos 17 ODS, como Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte), que tem interesse em “adotar estratégias de redução das mortalidades materna, neonatal e infantil para o alcance das metas dos ODS da ONU”.

As candidatas Socorro Neri (PSB/Rio Branco) e Delegada Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro) mencionam os ODS como um todo, como transversais às propostas dos seus planos de governo. Martha Rocha, por exemplo, cita que sua plataforma para a cidade do Rio de Janeiro está alinhada aos ODS e Socorro Neri (PSB/Rio Branco) apresenta que seu plano de governo está organizado em quatro eixos fundamentais, alinhados com os eixos trabalhados na Agenda 2030: Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias, tendo como pano de fundo, o alcance da paz.

Por fim, as candidatas Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro), Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas) e Manuela (PCdoB/Porto Alegre) não relacionam diretamente seus planos de governo com os ODS, mas deixam em aberto a possibilidade de criar futuras leis e projetos que contribuam para a implementação dos ODS nas cidades. Por exemplo, Benedita da Silva menciona que poderá criar planos e políticas para transformar a cidade em referência sustentável internacional, incorporando os ODS. Cinthia Ribeiro, por sua vez, cita que irá instituir mecanismos que contribuam para o desenvolvimento sustentável da cidade; e Manuela afirma que fará de Porto Alegre uma cidade que se oriente pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Panorama eleitoral das cidades fora das capitais

De acordo com a metodologia, o segundo objetivo específico deste relatório visa analisar comparativamente os programas de governo submetidos ao TSE de **candidaturas femininas e masculinas em cidades com mais de 200 mil eleitores, fora das capitais, que tiveram uma disputa de 2º turno entre homens e mulheres com vitória feminina**. A partir desse recorte, foram identificados 6 municípios com mais de 200 mil habitantes que elegeram mulheres após um segundo turno disputado com homens - Bauru (SP), Praia Grande (SP), Contagem (MG), Juiz de Fora (MG), Pelotas (RS), Uberaba (MG). No entanto, apenas 5 cidades serão consideradas neste relatório, uma vez que o plano de governo da prefeita eleita em Praia Grande (SP), Raquel Chini (PSDB), não está registrado no site oficial do TSE.

Além das 5 candidatas eleitas, também serão analisados seus concorrentes, a fim de perceber se há diferenças na quantidade de propostas relacionadas às mudanças climáticas apresentadas por homens e mulheres. Ao todo, as 10 candidaturas analisadas para além das capitais, concentram-se na região Sudeste (8) e no Sul (2), devido ao critério estabelecido de apresentar no mínimo 200 mil habitantes e a ocorrência de 2º turno entre homens e mulheres com vitória de mulheres. Além disso, na nossa amostra, a distribuição partidária também confirma o cenário nacional, com o PT apresentando 3 candidaturas, seguido do DEM com 2.

GRÁFICO 9

Distribuição por gênero e por partido das candidaturas fora das capitais em cidades com mais de 200 mil habitantes que elegeram mulheres após um segundo turno com homens

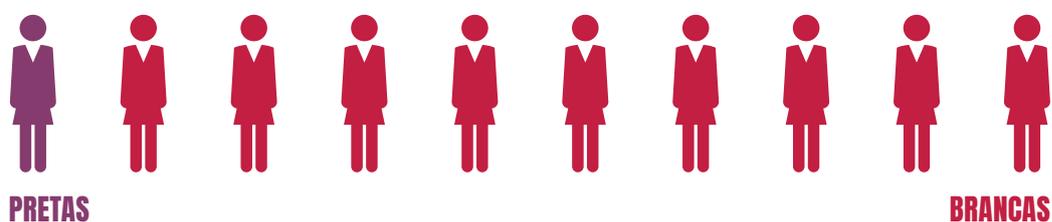


Fonte: INFORMAR FONTE

Em um total de 10 candidaturas analisadas fora das capitais em cidades com mais de 200 mil habitantes que elegeram mulheres após um segundo turno com homens, a única pessoa negra é Suellen Rosim eleita prefeita em municípios de Bauru-SP pelo PATRIOTA (gráfico 8).

GRÁFICO 10

Distribuição racial das candidaturas fora das capitais em cidades com mais de 200 mil habitantes que elegeram mulheres após um segundo turno com homens



Fonte: elaborado pelas autoras.

Análise de candidaturas femininas e masculinas fora das capitais

Para alcançar o segundo objetivo específico deste relatório, que visa analisar os programas de governo submetidos ao TSE de candidaturas femininas e masculinas em 5 cidades com mais de 200 mil eleitores e que tiveram 2º turno entre homens e mulheres, foi feita a análise das respectivas cidades e candidaturas, conforme tabela abaixo. Além disso, para guiar a análise, as seguintes perguntas orientadoras foram selecionadas:

- Como o tema das mudanças climáticas tem sido pautado nos planos de governo de municípios com mais de 200 mil habitantes fora das capitais?

- As candidaturas de mulheres abordam mais as mudanças climáticas do que a de homens?
- Mudanças climáticas é um tema mais pautado nas candidaturas de municípios mais populosos nas capitais ou fora delas?

A tabela abaixo apresenta as cidades e as candidaturas que são analisadas com base no recorte descrito acima.

TABELA 4

Sistematização das candidaturas femininas e masculinas em cidades fora das capitais

Município	Nº de habitantes	Candidata eleita	Partido	Concorrente masculino no 2º turno	Partido
Pelotas - RS	306.193	Paula Mascarenhas	PSDB	Ivan Duarte	PT
Uberaba - MG	289.376	Elisa Araújo	SD	Tony Carlos	PTB
Bauru - SP	337.094	Suéllen Rosim	Patriota	Dr Raul	DEM
Contagem - MG	379.044	Marília	PT	Felipe Saliba	DEM
Juiz de Fora - MG	489.801	Margarida Salomão	PT	Wilson Rezato	PSB

Fonte: elaborado pelas autoras.

Para responder a primeira pergunta orientadora, que se refere a como as candidaturas têm pautado mudanças climáticas, foi adotada a mesma classificação das propostas dos planos de governo em relação a quanto elas atendem aos requisitos mínimos das ações prioritárias estabelecidas pela Agenda Urbana do Clima para as cidades selecionadas, de acordo com a seguinte categorização: i) propostas não atendem à ação prioritária em questão; ii) propostas atendem parcialmente à ação prioritária em questão; ou iii) propostas atendem satisfatoriamente à ação prioritária em questão.

A seguir, **analisamos como as candidaturas de municípios mais populosos fora das capitais atendem a cada uma das ações prioritárias, destacando tendências e principais lacunas encontradas nos planos de governo.** As células em vermelho apresentam as candidaturas que não atendem à ação prioritária em questão; as células em amarelo às candidaturas que atendem parcialmente; e as células verdes às candidaturas que mencionam satisfatoriamente a ação prioritária descrita.

10 Ações Prioritárias da Agenda Urbana do Clima

AÇÃO PRIORITÁRIA 1

Planejamento climático e governança metropolitana

Incentivar a criação de planos de ação climática municipais com planejamento e gestão multissetoriais, incorporando a governança regional e metropolitana, integrada e participativa, e com objetivo de mitigar as emissões de gases do efeito estufa e aumentar a resiliência das cidades.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Ivan Duarte (PT/Pelotas),
Suéllen Rosim (Patriota/Bauru),
Marília (PT/Contagem) e
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Elisa Araújo (SD/Uberaba)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Tony Carlos (PTB/Uberaba),
Dr. Raul (DEM/Bauru),
Felipe Saliba (DEM/Contagem) e
Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora)

As candidaturas que atendem satisfatoriamente a essa ação costumam também sugerir a revisão dos planos ambientais da cidade, assim como propor outras leis ou projetos de governança. Um exemplo é o da candidata Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas), que sugere *revisar o Código Municipal do Meio Ambiente, visando harmonizar a legislação municipal, as normativas federais e estaduais, bem como desburocratizar e modernizar os processos; aderir à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) - programa do Ministério do Meio Ambiente, que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade.*

O único plano que atende parcialmente a essa questão é o de Elisa Araújo (SD/Uberaba), o qual propõe *revisar as leis ambientais municipais, sem especificar quais leis e documentos já existentes no município serão submetidos à revisão.*

AÇÃO PRIORITÁRIA 2

Saneamento e gestão sustentável da água

Acelerar a expansão do saneamento básico, a partir de modelos de gestão inovadores, que ampliem o acesso à água potável e ao tratamento de esgoto, reforcem os sistemas de drenagem que captam e re-utilizam a água de chuva, com grandes reflexos no bem estar e na saúde da população e gerando empregos no setor da construção civil.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Ivan Duarte (PT/Pelotas),
Tony Carlos (PTB/Uberaba),
Suéllen Rosim (Patriota/Bauru),
Dr. Raul (DEM/Bauru) e
Marília (PT/Contagem)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Elisa Araújo (SD/Uberaba) e
Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Felipe Saliba (DEM/Contagem) e
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

As candidaturas que atendem satisfatoriamente a essa ação prioritária, seguindo o exemplo das candidaturas das capitais, costumam também sugerir ênfase em obras de infraestrutura e drenagem, a fim de conter enchentes e alagamentos. Tony Carlos (PTB/Uberaba) propõe *a execução de obras civis preventivas de combate às enchentes, com a sequência das micro-drenagens para integrar o sistema e finalizar as ações de prevenção às enchentes. Além disso, compromete-se a automatizar os processos de tratamento e distribuição de água, modernizar o sistema melhorando o controle e reduzir as perdas; finalizar as obras que estão paralisadas em saneamento; e garantir as condições de abastecimento de água à população do Município, com ações de preservação do meio ambiente e assegurando a captação nos níveis desejados em períodos de baixa intensidade pluviométrica.*

As candidaturas que atendem parcialmente a esse tópico tendem a não especificar quais são as propostas prioritárias para garantir um saneamento básico de qualidade, como exemplo do plano de governo de Elisa Araújo (SD/Uberaba), que propõe *revisar as leis ambientais municipais e universalizar o saneamento básico*, mas não descreve mecanismos para implementar essa proposta.

AÇÃO PRIORITÁRIA 3

Saúde e redução da poluição

Reduzir a poluição local e emissões que impactam a qualidade do ar, mitigando a mudança climática e focando no bem-estar e na saúde da população, através da redução de fontes de emissão como queimadas, queima de combustíveis fósseis no transporte de carga e passageiros, entre outros, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo os custos para a saúde pública.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Dr. Raul (DEM/Bauru)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora) e
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Ivan Duarte (PT/Pelotas),
Elisa Araújo (SD/Uberaba),
Tony Carlos (PTB/Uberaba),
Suéllen Rosim (Patriota/Bauru),
Marília (PT/Contagem) e
Felipe Saliba (DEM/Contagem)

A única candidatura que atende satisfatoriamente a essa ação é a do candidato Dr. Raul (DEM/Bauru). Enquanto médico, ele dá ênfase às propostas voltadas à saúde da população, mencionando questões ambientais, como *estabelecer metas de redução de emissões por meio do estímulo ao uso de energias menos poluidoras, dando ampla divulgação das medições e indicadores*. Além disso, o candidato se compromete a *combater a poluição sonora em diversos pontos e horários da cidade, inclusive por meio de campanhas educativas; estabelecer indicadores de qualidade do ar e implantar um sistema de medição e divulgação nos principais pontos urbanos de poluição atmosférica*.

As candidaturas que fazem referência parcialmente à ação encontram-se em Juiz de Fora e sugerem medidas abrangentes entre saúde e qualidade do ar. Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora), por exemplo, traça como objetivo *inserir Juiz de Fora entre as cidades que buscam mobilidade urbana sustentável, com planejamento racional de trânsito, transporte, consumo de energia, acidentes, poluição do ar e sonora, modicidade de tarifas e ordenamento do crescimento urbano*.

AÇÃO PRIORITÁRIA 4

Segurança alimentar e nutricional

Implementar políticas públicas e parcerias de estímulo à produção local, acessível, sustentável e circular de alimentos saudáveis e de redução do desperdício, garantindo o acesso de todos os segmentos da população a uma alimentação regular, saudável, beneficiando a saúde e qualidade de vida de todos.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Ivan Duarte (PT/Pelotas),
Tony Carlos (PTB/Uberaba),
Suéllen Rosim (Patriota/Bauru),
Dr. Raul (DEM/Bauru),
Marília (PT/Contagem),
Felipe Saliba (DEM/Contagem) e
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Nenhuma candidatura atende parcialmente a essa ação prioritária.

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Elisa Araújo (SD/Uberaba) e
Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora)

Essa ação prioritária, assim como nas capitais, é vista como uma prioridade para as candidaturas. As que respondem satisfatoriamente a essa ação costumam também elaborar a criação de hortas comunitárias e o incentivo à agricultura familiar.

Felipe Saliba (DEM/Contagem) menciona proposta que tem como objetivo *promover e fortalecer a agricultura familiar no Município, garantindo proteção aos agricultores familiares e incentivar a produção diversificada, saudável e auto suficiente de alimentos, além de impulsionar a compra desses alimentos dentro do próprio Município pelos cidadãos e pela própria prefeitura, uma vez que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) exige que, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a estados e municípios para a provisão de merenda nas escolas sejam destinados à compra de alimentos da agricultura familiar.* Além disso, seguindo a tendência das capitais, essa ação prioritária é a única em que nenhuma candidatura atende parcialmente.

AÇÃO PRIORITÁRIA 5

Resíduos sólidos

Incentivar que os governos eliminem os lixões e adotem políticas públicas de fomento à redução da geração de resíduos, reciclagem e tratamento sustentável de resíduos orgânicos e toda a cadeia produtiva associada para geração de empregos e redução da poluição de rios, baías e mananciais.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Ivan Duarte (PT/Pelotas),
Tony Carlos (PTB/Uberaba),
Suéllen Rosim (Patriota/Bauru),
Dr. Raul (DEM/Bauru),
Marília (PT/Contagem) e
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Elisa Araújo (SD/Uberaba) e
Felipe Saliba (DEM/Contagem)

O principal foco das candidaturas que atendem satisfatoriamente a essa ação prioritária é incentivar a reciclagem e apoiar grupos/projetos que trabalhem diretamente com resíduos, assim como sugerido nas candidatas das capitais. O plano de governo de Marília (PT/Contagem), por exemplo, sugere *garantir os serviços de manutenção - coleta de lixo, varrição, capina e iluminação pública - em todas as regiões; elaborar um plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos com participação da sociedade; implantar o plano de coleta seletiva com seus respectivos projetos e apoiar as organizações de catadores de resíduos recicláveis.*

A única candidata que atende parcialmente a esse tópico é Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora). Ela menciona que irá implementar *o direito à moradia digna dotada de saneamento básico - água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, drenagem das águas pluviais.* Apesar de mencionar a coleta de lixo, a candidata não especifica quais ações serão implementadas para atingir esse objetivo.

AÇÃO PRIORITÁRIA 6

Economia local e solidária com geração de empregos sustentáveis

Fomentar a geração de empregos verdes e a inovação em tecnologias sustentáveis, considerando as necessidades das áreas periféricas e dos territórios, com adoção de critérios sustentáveis nos processos de compras e contratações municipais e geração de renda nas localidades.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Ivan Duarte (PT/Pelotas),
Tony Carlos (PTB/Uberaba),
Dr Raul (DEM/Bauru),
Marília (PT/Contagem) e
Felipe Saliba (DEM/Contagem)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Elisa Araújo (SD/Uberaba) e
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Suélien Rosim (Patriota/Bauru) e
Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora)

Dentro dessa ação prioritária, as candidaturas costumam mencionar satisfatoriamente a geração de renda na cidade através da compra dos alimentos produzidos por pequenos e médios produtores locais para produção de merendas escolares.

Ivan Duarte (PT/Pelotas) sugere desenvolver ações *para incentivar a produção, comercialização e abastecimento de alimentos e produtos em mercados locais e regionais pela agricultura familiar. O candidato também propõe a articulação da produção dos agricultores familiares para aumentar a oferta disponível ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tanto às escolas municipais como às estaduais; e a ampliação e implementação da política de compra direta, com controle social, por parte do poder público, de alimentos da agricultura familiar agroecológica e solidária (cooperativas e associações) para fortalecer a distribuição em hospitais, escolas, creches e demais instituições de caráter social. Além disso, há a proposta de se ampliar a compra de alimentos saudáveis, reduzindo ao máximo possível a compra de alimentos processados e ultraprocessados, no âmbito municipal.*

As candidaturas que atendem parcialmente a essa ação citam desenvolvimento econômico de forma genérica, como sugerido por Elisa Araújo (SD/Uberaba) ao incentivar a *implantação e utilização de tecnologias sustentáveis e de empresas do setor. Ademais, a candidata não descreve com clareza o que são as tecnologias sustentáveis que serão implementadas no município.*

AÇÃO PRIORITÁRIA 7

Reação a desastres e Resiliência

Aprimorar a capacidade de resposta a eventos extremos e a situações de crises, a partir de uma gestão de riscos territoriais e de um plano municipal de adaptação à mudança do clima com um conjunto de medidas prioritárias de resiliência, de amparo social, e de resposta a desastres como deslizamentos, inundações, secas, ilhas de calor, elevação do nível do mar e outros perigos climáticos.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Marília (PT/Contagem)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Tony Carlos (PTB/Uberaba),
Suéllen Rosim (Patriota/Bauru) e
Dr. Raul (DEM/Bauru)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Ivan Duarte (PT/Pelotas),
Elisa Araújo (SD/Uberaba),
Felipe Saliba (DEM/Contagem),
Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora) e
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

Somente o plano de governo de Marília (PT/Contagem) atende satisfatoriamente a essa ação. A candidata se compromete a *promover ações de prevenção, redução e correção de situações que coloquem em risco a vida humana decorrentes de ocupações em áreas impróprias à habitação, com risco de inundação ou geológico, mediante a retomada do Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), do Comitê Gestor de Área de Risco (CGAR), dos Núcleos de Defesa Civil (NUDECs) em áreas de risco e do Programa de Reassentamento Monitorado (REMO)*. Dessa forma, ela relaciona a construção da resiliência da cidade com um planejamento climático municipal.

As candidaturas que atendem parcialmente a essa ação apresentam uma abordagem genérica do tema, a exemplo do Dr. Raul (DEM/Bauru), que se compromete em *buscar recursos para executar o plano de drenagem e combate às enchentes nas diferentes localidades referendadas pela Defesa Civil*, reduzindo a reação a desastres apenas às enchentes e não descrevendo respostas a outros efeitos esperados das mudanças climáticas.

AÇÃO PRIORITÁRIA 8

Transporte Público e Mobilidade

Promover o uso de transporte público de massa acessível, com foco na integração dos diferentes modais e estímulo a alternativas sustentáveis de mobilidade (desestímulo ao uso de transporte individual motorizado e estímulo à mobilidade ativa com criação de ciclovias e zonas de pedestres), adoção do bilhete único, redução dos tempos de deslocamento, integração das diferentes regiões da cidade e redução das emissões veiculares através do uso de tecnologias de zero emissão.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Suéllen Rosim (Patriota/Bauru),
Dr. Raul (DEM/Bauru),
Marília (PT/Contagem),
Felipe Saliba (DEM/Contagem) e
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Ivan Duarte (PT/Pelotas),
Tony Carlos (PTB/Uberaba) e
Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Elisa Araújo (SD/Uberaba)

Os planos de governo que atendem satisfatoriamente a essa ação seguem o modelo das capitais e têm como foco a manutenção de ônibus, calçadas e ciclofaixas. É comum identificar a necessidade de retomar obras de infraestrutura, expandir a frota ou renovar calçadas. O candidato Dr. Raul (DEM/Bauru) menciona a proposta de elaborar um *Programa de Ciclovia, estimulando a cultura de ciclovias no município como instrumento alternativo e ecologicamente correto de mobilidade urbana e lazer, com a instalação de mais ciclovias que possam atender grande parte da população que utiliza este meio de transporte para trabalho e lazer*. Desta forma, ele busca instituir na cidade uma política concreta de incorporação da bicicleta como veículo de locomoção e aproveitar os trajetos da ferrovia, criando trilhas e rotas turísticas e culturais; e ampliar e replanejar as linhas de ônibus existentes na cidade para atender melhor e com mais eficiência as necessidades da população.

As candidaturas que atendem parcialmente a essa ação, apesar de também mencionar ações sobre ônibus e a qualidade urbana, não desenvolvem a proposta. Tony Carlos (PTB/Uberaba), por exemplo, cita a *criação e implantação do plano de mobilidade urbana; a melhora no conforto e nas condições de uso do transporte coletivo*, mas não especifica quais decisões serão tomadas para melhorar o conforto e oferecer um serviço de melhor qualidade à população.

AÇÃO PRIORITÁRIA 9

Áreas verdes

Incentivar o aumento da oferta de áreas verdes nas cidades para todos os cidadãos e em todas as regiões, incluindo criação de parques, arborização de vias, tetos e paredes verdes, proteção de unidades de conservação e ações de reflorestamento, visando aumentar a captura de carbono, reduzir ilhas de calor e mitigar a desigualdade ambiental.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Ivan Duarte (PT/Pelotas),
Tony Carlos (PTB/Uberaba),
Suéllen Rosim (Patriota Bauru),
Dr. Raul (DEM/Bauru),
Marília (PT/Contagem) e
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Elisa Araújo (SD/Uberaba) e
Felipe Saliba (DEM/Contagem)

As ações que mais se repetem nos planos de governo que respondem satisfatoriamente a essa ação também seguem o modelo das capitais e são referentes à expansão e revitalização de ambientes públicos, tais como parques e praças e a manutenção de Unidades de Conservação. O candidato Ivan Duarte (PT/Pelotas) propõe-se a *promover a ampliação e a consolidação de áreas verdes urbanas, possibilitando espaços de lazer, relaxamento e cultura, promovendo a convivência voltada para os ambientes naturais de áreas úmidas (como a orla do Canal São Gonçalo e da Laguna dos Patos); priorizar a arborização com espécies vegetais nativas consideradas ameaçadas de extinção e frutíferas; e estimular a implantação de telhados verdes.*

Ivan Duarte é também o único candidato que menciona a criação de telhados verdes como prioridade para essa ação. A única candidatura que se refere parcialmente a essa ação é a de Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora), que se compromete em garantir o *direito a áreas verdes em proporção suficiente para atender a todas as pessoas*, mas não estabelece prioridades de ações no município para expandir essas áreas.

AÇÃO PRIORITÁRIA 10

Energia e eficiência energética

Adotar medidas de fomento à geração distribuída de energia renovável, como solar e eólica, e de ações de aumento de eficiência energética em edifícios existentes e novas construções. Energia representa o segundo setor mais relevante nas emissões de gases do efeito estufa nas cidades brasileiras e tem grande potencial de geração de empregos.

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Tony Carlos (PTB/Uberaba)

ATENDEM PARCIALMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Ivan Duarte (PT/Pelotas) e
Dr. Raul (DEM/Bauru)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Elisa Araújo (SD/Uberaba),
Suéllen Rosim (Patriota/Bauru),
Marília (PT/Contagem),
Felipe Saliba (DEM/Contagem),
Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora) e
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

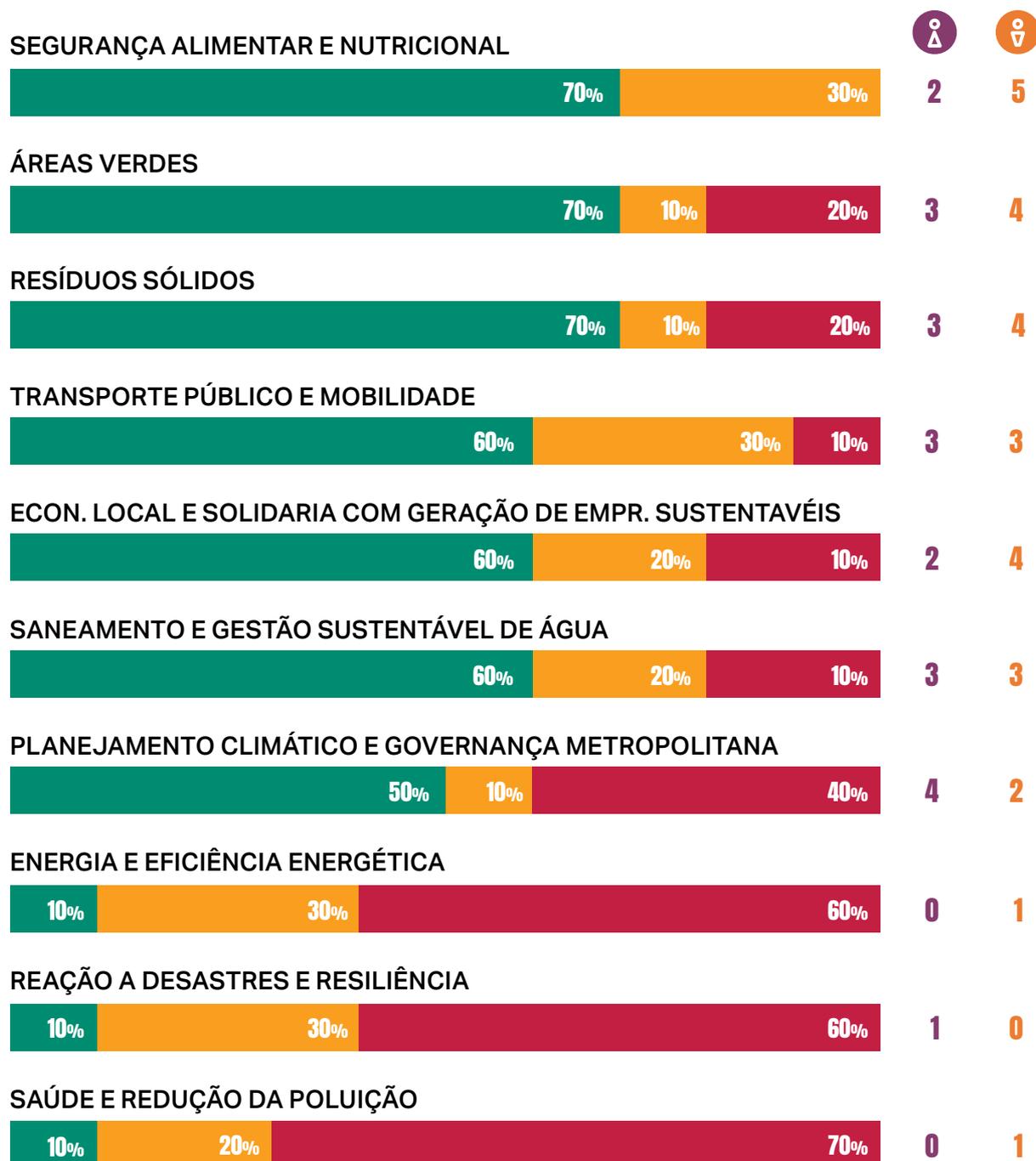
A única candidatura que atende satisfatoriamente a essa ação é a de Tony Carlos (PTB/Uberaba). Seu plano de governo propõe a *transformação da matriz energética da cidade para diminuir a dependência da energia da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), instalando usinas fotovoltaicas e de biogás*. Os planos que atendem parcialmente a essa ação tendem a relacionar eficiência energética com luz de LED, mas não elaboram propostas para investir na transição energética durante o mandato. Um exemplo é o da candidata Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas), que busca *ampliar a rede de iluminação em LED através de Parcerias Público Privadas (PPPs), beneficiando toda a cidade, a começar pelos bairros*.

Por fim, de forma geral, da mesma forma que algumas candidaturas atendem satisfatoriamente às ações prioritárias seguindo a tendência das propostas das capitais, a análise demonstra que **as lacunas também são comuns entre as candidaturas da capital e fora da capital**. A tabela a seguir demonstra o padrão de tendências e lacunas das candidaturas de temas relacionados à Agenda Urbana do Clima fora das capitais.

GRÁFICO 11

Distribuição entre gênero e menção às ações prioritárias da Agenda Urbana do Clima nas candidaturas em municípios com mais de 200 mil habitantes fora das capitais com vitórias de mulheres no segundo turno

-  Propostas atendem satisfatoriamente à ação prioritária
-  Propostas atendem parcialmente à ação prioritária
-  Propostas que não atendem à ação prioritária



Em resumo, pode-se perceber que as propostas voltadas para **Segurança Alimentar e Nutricional, Áreas verdes e Resíduos sólidos** lideram a agenda municipal eleitoral fora das capitais. Essas pautas repetem-se em 7 (70%) dos planos de governo analisados. Em seguida, as propostas sobre **Transporte Público e Mobilidade, Economia local e solidária com geração de empregos sustentáveis e Saneamento e gestão sustentável da água** são mencionadas por 6 (60%) planos de governos. Por outro lado, as medidas presentes nos planos de governo demonstram que 7 (70%) das candidaturas não propuseram ações voltadas para **Saúde e redução da poluição**, seguido por 6 (60%) planos de governo que não citaram a Reação a desastres e **Resiliência e Energia e eficiência energética** como prioridade na política local.

A segunda pergunta orientadora tenta compreender se as candidaturas de mulheres endereçam mais a agenda climática do que a de homens. Para responder a essa questão, foi analisada a quantidade de vezes que o candidato ou a candidata atende satisfatoriamente a uma ação prioritária da Agenda Urbana de Clima. Através do gráfico 10 é possível perceber que **as mulheres lideram as propostas voltadas para fortalecer o planejamento climático e a governança, bem como a reação a desastres e resiliência** das cidades, demonstrando que elas estão mais engajadas em fortalecer os planos de ação climática municipais com planejamento e gestão integrada, participativa e multissetoriais, assim como também buscam melhorar a prevenção e resposta aos desastres ambientais, a fim de garantir a qualidade de vida da população.

Percebe-se também que políticas voltadas para o **transporte público e para o saneamento são temas pautados com a mesma frequência entre homens e mulheres**, enquanto os homens sugerem mais propostas nos outros 6 temas, considerando os planos de governo analisados neste relatório. No entanto, considerando o universo de candidaturas no Brasil a nível nacional, esse padrão não se sustenta. Pelo contrário, recente estudo divulgado pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS)⁸ demonstra que **nas três últimas eleições municipais as mulheres eleitas abordaram mais temas ligados à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente em seus planos de governo, em comparação aos homens**. Mais de 50% das mulheres eleitas falam sobre mudanças climáticas, sustentabilidade e meio ambiente, enquanto 30% a 40% dos homens eleitos mencionam esses temas.

Ademais, é importante ressaltar que **gênero não deve ser o único critério a ser considerado como determinante para uma maior preocupação com a pauta climática**. Outros fatores, como a origem e a relação da candidata ou candidato com a sua comunidade, sua formação, trajetória de vida, filiação partidária, classe social e outros critérios também merecem ser considerados em uma análise que leve em conta a complexidade deve estar presente nesse debate. O tema da saúde relacionado às mudanças climáticas, por exemplo, foi mencionado por um único candidato, Dr. Raul (DEM/Bauru), que é médico e dedica boa parte do seu plano de governo para propostas voltadas a esse tema.

Dessas 10 candidaturas analisadas (5 homens e 5 mulheres), **somente 2 candidatos**, Ivan Duarte (PT/Pelotas) e Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora), **reconhecem explicitamente que as mudanças climáticas existem** e devem ser consideradas nas políticas municipais.

+50%

**DAS MULHERES
ELEITAS FALAM SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
SUSTENTABILIDADE E MEIO
AMBIENTE, ENQUANTO**

**30% a
40%**

**DOS HOMENS ELEITOS
MENCIONAM ESSES TEMAS.**

O plano de governo de Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora) também é o único a ressaltar a importância de realizar uma **transição ecológica** em Juiz de Fora. Para ela, a transição ecológica é considerada *um processo – não um fim – no qual o setor público busca superar a crise climática, promovendo adaptações para gerar maior qualidade de vida dos seres humanos, a manutenção dos biomas propondo alternativa, a transição para modos de produção menos poluentes, o fortalecimento da participação social na tomada de decisões e uma economia de baixo carbono. Nela, o conceito de sustentabilidade está fundamentado na capacidade de sustentação ou conservação de um processo ou sistema. Isso quer dizer que além de garantir a saúde natural do planeta, é estrutural também o cuidado com as relações pessoais e sociais.*

Alguns planos de governo também relacionam mudanças climáticas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como feito por Ivan Duarte (PT/Pelotas) e Felipe Saliba (DEM/Contagem). Ivan Duarte se compromete, de modo geral, a implementar os ODS, enquanto Felipe Saliba apresenta objetivos específicos, como os ODS 4 (educação inclusiva e de qualidade), ODS 5 (igualdade de gênero), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), este último mais relacionado à mobilidade urbana, como norteadores de suas propostas.

Por fim, para responder a terceira pergunta, que busca analisar se o tema das mudanças climáticas é mais pautado nas candidaturas de capitais ou fora delas, realizamos uma comparação entre os planos de governo, a fim de identificar tendências e lacunas comuns nas candidaturas tanto das capitais quanto fora das capitais. A tabela abaixo apresenta a comparação entre os planos de governo analisados.



TABELA 6

Distribuição comparativa dos planos de governo das candidaturas dentro e fora das capitais em relação às ações prioritárias da Agenda Urbana do Clima

Ação Prioritária da Agenda Urbana do Clima	Não atendem à ação prioritária		Atendem parcialmente à ação prioritária		Atendem satisfatoriamente à ação prioritária	
	Capitais	Fora das capitais	Capitais	Fora das capitais	Capitais	Fora das capitais
1. Planejamento climático e governança metropolitana	4 (20%)	4 (40%)	4 (20%)	1 (10%)	12 (60%)	5 (50%)
2. Saneamento e gestão sustentável da água	2 (10%)	2 (20%)	3 (15%)	2 (20%)	15 (75%)	6 (60%)
3. Saúde e redução da poluição	13 (65%)	7 (70%)	2 (10%)	2 (20%)	5 (25%)	1 (10%)
4. Segurança alimentar e nutricional	4 (20%)	3 (30%)	0	0	16 (80%)	7 (70%)
5. Resíduos sólidos	4 (20%)	2 (20%)	1 (5%)	1 (10%)	15 (75%)	70 (70%)
6. Economia local e solidária com geração de empregos sustentáveis	5 (25%)	2 (20%)	3 (15%)	2 (20%)	12 (60%)	6 (60%)
7. Reação a desastres e Resiliência	9 (45%)	6 (60%)	4 (20%)	3 (10%)	7 (35%)	1 (10%)
8. Transporte Público e Mobilidade	2 (10%)	1 (10%)	2 (10%)	3 (30%)	16 (80%)	6 (60%)
9. Áreas verdes	4 (20%)	2 (20%)	1 (5%)	1 (10%)	15 (75%)	7 (70%)
10. Energia e eficiência energética	6 (30%)	6 (60%)	4 (20%)	3 (30%)	10 (50%)	1 (10%)

A partir dessa tabela podemos perceber que dentre as 10 ações prioritárias, existem **três tópicos** que aparecem como tendências de abordagens nas capitais e fora das capitais, com mais de 70% das candidaturas mencionando satisfatoriamente aquela ação, sendo eles: **i) Segurança alimentar e nutricional; ii) Resíduos sólidos; e iii) Áreas verdes.**

A ação prioritária sobre **Transporte Público e Mobilidade é mencionada satisfatoriamente por 80% das candidaturas das capitais e por 60% das candidaturas fora das capitais, apontando que o tema pode ser uma preocupação nas grandes cidades devido ao número de pessoas que dependem desse transporte para se locomover no município.**

Por outro lado, duas ações prioritárias são vistas como as **principais lacunas** nos planos de governo tanto das capitais quanto fora das capitais, sendo elas: **i) Saúde e redução da poluição; e ii) Reação a desastres e Resiliência.** Esses dois tópicos, no entanto, são pontos fundamentais para construção de um município em diálogo com o bem-estar do ser humano e do meio ambiente. O setor da saúde, por exemplo, foi fortemente impactado com a pandemia do Covid-19 e precisa ser considerado nos planos municipais em diálogo com mudanças climáticas, uma vez que pesquisas científicas relacionam as alterações no clima e o aumento da ocorrência de outros surtos de doenças infecciosas.

Além disso, a ação prioritária que se refere à **Energia e eficiência energética é a única que se apresenta de forma desigual nas candidaturas, isto é, 60% das candidaturas** fora das capitais não **respondem satisfatoriamente** a essa questão, enquanto 50% das candidaturas nas capitais atendem satisfatoriamente a essa proposta. Esse resultado sugere que o tema da energia está mais conectado à realidade das capitais, onde há maior consumo de energia para uso doméstico e maior densidade populacional, o que conseqüentemente, influencia em um relevância no debate público nessas cidades, principalmente considerando a alta no preço da energia nos últimos anos. No entanto, é fora das capitais que o acesso à energia é mais precário, o que evidencia a importância de se pautar esse debate nesses territórios.

Temas não abrangidos na Agenda Urbana do Clima

Gênero e raça

Embora incipiente, o debate sobre justiça climática tem crescido no Brasil. Por justiça climática entende-se a conexão entre direitos humanos e as mudanças climáticas. Isso significa que, para além dos temas de infraestrutura da cidade, as mudanças climáticas podem, e devem, ser analisadas com base nas abordagens de gênero e raça, considerando grupos mais vulneráveis e historicamente excluídos da participação da vida pública, do planejamento das cidades e do acesso a direitos e oportunidades de maneira geral. Assim, essa seção apresenta de que forma os planos de governos analisados consideram abordagens de gênero e de raça nas propostas divulgadas e como essas políticas se relacionam com mudanças climáticas.

A relação entre desenvolvimento do município e a qualidade de vida das mulheres, da população negra, comunidades LGBTQIA+ e de outros grupos vulneráveis deve considerar questões relacionadas ao direito à cidade. O Direito à Cidade pode ser entendido como um direito humano e coletivo, que considera a cidade como um espaço democrático e tem como valor principal a construção do bem comum. Isso envolve garantir,

por exemplo, o uso pleno do direito de ir e vir, o direito à segurança, a um transporte público de qualidade e o acesso à moradia digna. As eleições municipais são aquelas mais próximas do eleitor e que impactam diretamente a qualidade de vida deles ao discutir a cidade em todas as suas especificidades e, por isso, esse debate deve incluir aspectos de raça, gênero e classe, assegurando o direito que todos têm de desfrutar as cidades de forma igualitária.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 46,8% dos brasileiros se declararam como pardos, 42,7% como brancos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Seguindo esse cenário no qual a população não-branca é maior do que a branca, o número de candidaturas negras no Brasil, em 2020, foi maior do que a dos brancos: negros somam 50%, enquanto 48% são de brancos. Esse aumento, apesar de positivo, não chega a ser significativo, já que em 2016 os brancos eram maioria (51,5%). Das 652 mulheres eleitas Prefeitas, que representam 12% do total de eleitos no executivo municipal, apenas 32% são negras, sendo 199 pardas e 10 pretas.

No que tange à gênero, as mulheres representam apenas 13% das candidaturas às prefeituras e 34% das concorrentes às câmaras municipais, em 2020. Sobre a distribuição de candidaturas negras nos estados, o Acre é o estado com maior proporção de mulheres negras candidatas às prefeituras e no Rio Grande do Sul elas figuram somente 1% dos postulantes ao cargo. Além do aumento das candidaturas negras, 2020 também foi marcado pelo ano com maior número de candidaturas de pessoas trans no país. São 30 as candidaturas trans eleitas em 2020, representando um aumento de 275%, sendo que sete foram as mais votadas em suas cidades; há quatro anos, apenas oito chegaram às câmaras municipais.

Em se tratando do perfil autodeclarado da cor ou raça das candidatas deste relatório, apesar da maioria dos brasileiros (46,8%) se declararem como pardos, não é esse o perfil das candidaturas analisadas. Foi percebido que as **candidatas nas capitais** (20) tendem a reforçar o padrão político existente no Brasil, uma vez que 55% dessas mulheres são declaradamente brancas (11). A outra parcela de candidaturas femininas não-brancas (9) se divide em pretas (4) e pardas (5). Com base no gráfico 2 já apresentado, é possível perceber que a região Sul tem maioria branca. A região centro-oeste apresenta a mesma quantidade de brancos e não brancos, enquanto as regiões Nordeste, Sudeste e Norte são as que apresentam maioria não-branca.

O perfil da cor ou raça das **candidaturas fora das capitais** também é um espelho do cenário das capitais, no qual a sua maioria é branca (9), com somente 1 pessoa que se autodeclara preta - Suéllen Rosim (Patriota), prefeita eleita em Bauru. É importante ressaltar que a então candidata teve sua campanha marcada por incidentes de violência política de gênero, recebendo ataques relacionados a discursos de ódio potencializados por questões raciais. Suéllen Rosim sofreu ataques racistas nas redes sociais às vésperas das eleições, através de grupos de WhatsApp.

A violência política de gênero independe de raça, mas se intensifica ao ganhar contornos racistas com mulheres não-brancas. Uma iniciativa de monitoramento das redes sociais durante as eleições municipais de 2020, realizada pela revista AzMina e o InternetLab, de uma série de candidatas que foram para o segundo turno, demonstrou uma **alta frequência de ataques racistas e/ou machistas sofridos por grande parte das candidatas**. A candidata Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas), analisada nesse relatório, por exemplo, foi a segunda candidata no ranking de ofensas sofridas nos comentários no seu instagram, com 13,11% de comentários ofensivos que tiveram repercussão no seu perfil nas redes sociais.

Uma pesquisa do Instituto Alziras que ouviu 45% das 649 das prefeitas eleitas em 2016 demonstra que 53% delas já sofreram assédio ou violência política pelo simples fato de ser mulher. Como resposta a esse cenário desafiador para as mulheres na política e reconhecendo a urgência do tema, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), junto com o Observatório da Violência Política contra a Mulher, lançou em 2020 a campanha “Violência Política de Gênero Existe” que abordou as diversas formas de violência contra as mulheres no cenário político. O objetivo foi incentivar o protagonismo feminino na política e conscientizá-las sobre os principais desafios que envolvem a vida pública.

Referente às abordagens de gênero, foi encontrado que **todas as candidaturas nas capitais mencionam algum tipo de política ou propostas voltadas às mulheres. Além disso, 8 de 20 candidatas apresentam igualdade de gênero como um eixo transversal na sua gestão**, tal como mencionado pelo plano de governo da Delegada Adriana Accorsi (PT/Goiânia) que propõe que a *estruturação da política para as mulheres será transversal nas políticas governamentais como orientação estratégica de governo; e que a igualdade de gênero e raça será o objetivo indutor das políticas públicas, estruturadas nos instrumentos de planejamento como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária (LO)*.

Em se tratando das **candidaturas fora das capitais**, 8 das 10 candidaturas mencionam abordagens de gênero nas suas propostas. No entanto, entre as 8 candidaturas, somente 3 consideram gênero um elemento transversal nas políticas e propostas. No quadro abaixo é possível perceber nas células em verde as candidaturas que abordam gênero como eixo transversal, enquanto nas células em vermelho aquelas que não apresentam essa abordagem.

Gênero como eixo transversal

NAS CAPITAIS

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas),
Major Denice (PT/Salvador),
Luizianne Lins (PT/Fortaleza),
Delegada Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Del. Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro) e
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Angela Amin (PP/Florianópolis),
Vanda Monteiro (PSL/Palmas),
Delegada Daniele Garcia (CIDADANIA/
Aracaju), Shéridan (PSDB/Boa Vista),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Edilma Freire (PV/João Pessoa),
Manuela (PCdoB/Porto Alegre),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre),
Cristiane Lopes (PP/Porto Velho),
Marília Arraes (PT/Recife),
Delegada Patrícia (PODE/Recife) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

FORA DAS CAPITAIS

Nas cidades com mais de 200 mil habitantes com vitória de mulheres no segundo turno

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Ivan Duarte (PT/Pelotas),
Marília (PT/Contagem),
Felipe Saliba (DEM/Contagem)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Elisa Araújo (SD/Uberaba),
Tony Carlos (PTB/Uberaba),
Suéllen Rosim (Patriota/Bauru),
Dr Raul (DEM/Bauru),
Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora),
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)

Dos planos de governo que não apresentam gênero como um eixo transversal em suas políticas, as propostas predominantes relacionam direitos da mulher em diálogo com políticas públicas de segurança, saúde e economia. Para segurança, menciona-se prevenção à violência ou assédio contra a mulher e acolhimento para vítimas de algum tipo de violência. Essa priorização mostra-se fundamental, uma vez que só em 2019 houve um aumento de 7,3% nos casos de feminicídios – crimes de ódio motivados pela condição de gênero, quando comparado ao ano anterior. Para saúde, é comum observar políticas voltadas para acompanhamento pré-natal e consultas específicas da mulher.

No que tange à economia, são percebidas ações que buscam incentivar e apoiar a capacitação e inserção da mulher no mercado de trabalho, como Felipe Saliba (DEM/Contagem) que propõe apoiar a formalização dos empreendimentos femininos para trazer a elas maiores oportunidades e condição de renda, através de parcerias público privadas para seleção de incubadoras de pequenos negócios femininos, que trabalharão através de cursos de capacitação, criação de cooperativas e ajuda de custo a depender da condição social comprovada pelo cadastro no CadÚnico. O projeto, também, contaria com cotas de 40% às mulheres negras, devido a interseccionalidade das opressões que sofrem essas mulheres.

É importante destacar que as políticas voltadas às mulheres e à raça tornam-se ainda mais necessárias no contexto dos efeitos sociais da pandemia de Covid-19 no Brasil, já que mulheres e a população negra são os mais afetados. No setor econômico, por exemplo, o número de mulheres no mercado de trabalho é o menor nos últimos 30 anos durante a pandemia.

Apesar das candidaturas incluírem gênero e raça como eixos transversais, não é possível afirmar que existe uma relação direta entre ambos os temas com as políticas ambientais municipais, uma vez que as candidaturas fazem menções genéricas às abordagens transversais e não deixam explícito de que forma as mulheres e a população negra serão inseridos e considerados nas políticas ambientais ou climáticas. Além disso, somente 8 candidaturas¹⁰ nas capitais consideram simultaneamente gênero e raça como transversais e 2 candidaturas - Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte) e Socorro Neri (PSB/Rio Branco) - relacionam esses temas diretamente com meio ambiente. Fora das capitais, somente Ivan Duarte (PT/Pelotas) considera simultaneamente gênero e raça como transversais nos planos de governo.

No que tange a abordagens étnico-raciais dentro dos planos de governo, foi observado que **15 dos 20 planos de governo das capitais mencionam algum tipo de proposta ou política voltada para a igualdade racial. Dessas 15 candidaturas, 10 se comprometem em adotar uma abordagem étnico-racial como eixo transversal em suas propostas.** A candidata Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro), por exemplo, compromete-se a *adotar políticas de promoção da igualdade racial como eixo estruturante do desenvolvimento de políticas transversais que dialoguem com todas as áreas do governo.*

Das candidaturas fora das capitais, foi observado que 5 dos 10 planos de governo mencionam algum tipo de proposta ou política voltada para igualdade racial, e 5 candidaturas não se comprometem com as questões étnico-raciais. Além disso, **somente uma candidatura se compromete com uma abordagem étnico-racial transversal, a de Ivan Duarte (PT/Pelotas)**. A seguir, apresenta-se um quadro com a distribuição das candidaturas que mencionam raça como eixo transversal em verde, bem como daquelas que não mencionam em vermelho.

Dos 5 **planos das capitais que mencionam a questão étnico-racial** - não como eixo transversal - é **comum encontrar propostas ligadas à segurança e redução da mortalidade da população negra**, tal como sugerido pela candidata Gisela Simona (PROS/Cuiabá), que se compromete a criar políticas de combate às violências racial, de gênero, orientação sexual e intolerância religiosa em Cuiabá. Todavia, essa proposta sobre segurança e redução da mortalidade poderia ser mais explorada nos planos de governo uma vez que a população negra tem 2,7 mais chances de ser vítima de assassinato do que os brancos.

Como parâmetro, em 2018, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil e 80% da população vítima de ações policiais também são negras. Isso demonstra que o que se entende por segurança pública como uma política para a cidade deve incorporar aspectos de raça, e não somente considerar aumentar o quantitativo de policiais nas ruas, mas garantir que a população negra tenha assegurado o direito à vida e que segurança para essas pessoas signifique mais do que apenas não sofrer violência.

Abordagem étnico-racial como eixo transversal

NAS CAPITAIS

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte),
Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas),
Major Denice (PT/Salvador),
Luizianne Lins (PT/Fortaleza),
Delegada Adriana Accorsi (PT/Goiânia),
Manuela (PCdoB/Porto Alegre),
Marília Arraes (PT/Recife),
Socorro Neri (PSB/Rio Branco),
Delegada Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro) e
Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Angela Amin (PP/Florianópolis),
Gisela Simona (PROS/Cuiabá),
Edilma Freire (PV/João Pessoa),
Juliana Brizola (PDT/Porto Alegre),
Cristiane Lopes (PP/Porto Velho) e
Gessy Fonseca (PSC/Teresina)

FORA DAS CAPITAIS

Nas cidades com mais de 200 mil habitantes com vitória de mulheres no segundo turno

ATENDEM SATISFATORIAMENTE À AÇÃO PRIORITÁRIA

Ivan Duarte (PT/ Pelotas)

NÃO ATENDEM À AÇÃO PRIORITÁRIA

Elisa Araújo (SD/Uberaba),
Suéllen Rosim (Patriota/Bauru),
Dr. Raul (DEM/Bauru),
Margarida Salomão (PT/Juiz de Fora),
Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora),
Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas),
Tony Carlos (PTB/Uberaba),
Marília (PT/Contagem) e
Felipe Saliba (DEM/Contagem)

Outros temas abordados nos planos de governo

Além de avaliar até que ponto os planos de governo incorporam propostas que estejam alinhadas às ações prioritárias da Agenda Urbana do Clima, a análise das candidaturas revela que outros temas não incorporados pela Agenda são frequentemente abordados nas candidaturas analisadas, mas dizem

respeito a pautas ambientais e climáticas. Esses temas relacionam-se principalmente a 4 áreas: i) Educação, ii) Habitação, iii) Incentivos Econômicos e iv) Soluções Baseadas na Natureza (SbN). A tabela a seguir apresenta as candidaturas que mencionaram esses temas não abrangidos na AUC.

TABELA 7
Distribuição das candidaturas por tema não abrangido na Agenda Urbana do Clima

Outros temas não abrangidos pela AUC	Local de Candidatura	Quantidade de planos que mencionam	Candidaturas
Educação	Capitais	6	Vanda Monteiro (PSL/Palmas), Shéridan (PSDB/Boa Vista), Gisela Simona (PROS/Cuiabá), Del. Accorsi(PT/Goiânia), Edilma Freire (PV/João Pessoa) e Del. Martha Rocha (PDT/Rio)
	Fora das capitais	4	Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas), Ivan Duarte (PT/Pelotas), Tony Carlos (PTB/Uberaba) e Wilson Rezato (PSB/Juiz de Fora)
Habitação	Capitais	4	Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte), Luizianne Lins (PT/Fortaleza), Edilma Freire (PV/João Pessoa) e Marília Arraes (PT/Recife)
	Fora das capitais	2	Ivan Duarte (PT/Pelotas) e Marília (PT/Contagem)
Incentivos econômicos	Capitais	4	Major Denice (PT/Salvador), Shéridan (PSDB/Boa Vista), Edilma Freire (PV/João Pessoa) e Benedita da Silva (PT/Rio)
	Fora das capitais	2	Ivan Duarte (PT/Pelotas) e Tony Carlos (PTB/Uberaba)
Soluções baseadas na Natureza não abrangidas na AUC	Capitais	2	Edilma Freire (PV/João Pessoa) e Major Denice (PT/Salvador)
	Fora das capitais	0	

Fonte: elaborado pelas autoras.

Com relação à **educação**, a Agenda Urbana do Clima prevê ações de educação voltadas à sensibilização para a diminuição da geração de resíduos e para o aumento dos índices de reciclagem de materiais coletados. No entanto, as candidaturas no geral vão além do proposto pela Agenda Urbana do Clima e ressaltam a criação de projetos de educação ambiental, com o objetivo, principalmente, de conscientizar a população sobre o uso consciente de recursos naturais, e não só com foco na reciclagem. Um exemplo é o da candidata Shéridan (PSDB/Boa Vista), que cita a necessidade de fortalecer o programa de Educação Ambiental em todo o município nas escolas da zona rural e urbana.

Paula Mascarenhas (PSDB/Pelotas), por sua vez, propõe *instituir a Política Municipal de Educação Ambiental, orientada para o desenvolvimento da consciência ambiental e a promoção de atividades de preservação do patrimônio natural, cultural e de proteção animal; criar um Centro de Educação Ambiental – local de ensino, capacitação e pesquisa em sustentabilidade; e instituir um Comitê de Educação Ambiental, visando a transversalidade das ações entre os órgãos municipais*. Ao apresentar uma política municipal sobre educação ambiental, a candidata também reforça a importância de fortalecer o planejamento e a governança.

No tema de **habitação**, destaca-se a importância de realizar obras de infraestrutura em assentamentos e habitações em áreas de risco, de modo que se mantenham áreas de preservação ambiental, ao mesmo tempo em que se oferece qualidade de vida e moradia digna em respeito ao ser humano e ao meio ambiente. Durante a pandemia, as pessoas que vivem em condições precárias tiveram o direito ao isolamento social negado. Dessa forma, há a necessidade de considerar políticas de habitação dignas para criar ambientes resilientes às crises, sejam elas climáticas e/ou sanitárias.

Nesse sentido, o plano de governo da candidata Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte) sugere promover um plano de moradia com transversalidade ambiental, a partir da identificação de ocupações de risco ambiental e à vida das pessoas, buscando a articulação entre a preservação ambiental e o direito de moradia dos ocupantes de assentamentos informais.

Fora das capitais, somente 2 candidaturas sugerem ações sobre habitação e meio ambiente - Ivan Duarte (PT/ Pelotas) e Marília (PT/Contagem). Duarte menciona que é necessário *proteger as áreas de preservação permanente, garantindo o direito à moradia e agindo junto aos que mais precisam de políticas públicas, como as comunidades ribeirinhas, quilombolas, pescadores e catadores*. A candidata Marília aponta que é importante *reafirmar os princípios da Política Municipal de Habitação de Interesse Social*, através da formulação de políticas sociais e do gerenciamento das ações.

As menções sobre habitação reforçam a necessidade de formular políticas públicas com base na perspectiva do Direito à Cidade, uma vez que 8,27 milhões de brasileiros vivem em áreas de risco em 872 municípios do país, sendo em sua maioria idosos e crianças. Além disso, políticas habitacionais devem considerar também o processo de gentrificação sofrido pela população periférica. Nesse processo, a população mais vulnerável é retirada do seu território devido à supervalorização da

área e a ocupação de espaços da cidade por indivíduos que possuem privilégios econômicos e políticos. Isso as obriga a buscar moradias em lugares mais afastados do centro da cidade e com menos acesso aos serviços públicos, como água, saneamento e transporte público.

As propostas de governo que mencionam **incentivos econômicos**, por sua vez, são aquelas que propõem medidas para implementar atividades econômicas sustentáveis e serviços socioambientais estratégicos. Por exemplo, ICMS verde, precificação de carbono, *green bonds*, *social bonds*, *social impact investing*, como proposto pela candidata Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro). Nesse sentido, essa candidatura destaca-se pela abrangência de incentivos econômicos mencionados para implementação de uma agenda sustentável na cidade.

Em se tratando das candidaturas fora das capitais, somente 2 candidatos mencionam incentivos econômicos relacionados ao meio ambiente - Ivan Duarte (PT/Pelotas) e Tony Carlos (PTB/Uberaba). Duarte busca *implantar uma proposta de pagamento de serviços ambientais, inicialmente na área de captação do arroio Santa Bárbara (fornecedor de 60 % da água do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP); e implementar programa de selos de propriedades com boas práticas ambientais*. Além disso, o candidato propõe o *fortalecimento de políticas públicas de apoio à agricultura familiar como créditos subsidiados, assistência técnica, formação e incentivo fiscal (ICMS)*. Na mesma linha, Tony Carlos propõe incentivar com redução de IPTU a construção de reservatórios de água da chuva nos imóveis urbanos.

Na prática, para além de propostas nos planos de governo municipais, a adoção de incentivos econômicos voltados para uma retomada verde e inclusiva da economia pós-Covid deve ser priorizada e potencializada com parcerias a nível estadual e nacional. Uma inspiração nessa linha seria a lei do novo ICMS Ambiental, sancionada pelo governo do Estado de São Paulo em março de 2021, que prevê reorientar a transferência de R\$5 bilhões do ICMS a municípios para restauração e proteção ambiental.

Por fim, embora a Agenda Urbana do Clima não use propriamente o termo **"Soluções baseadas na Natureza"** - entendidas como soluções que podem desempenhar um papel vital na proteção de ecossistemas e das pessoas que deles dependem dos impactos das mudanças climáticas - a mesma abrange em seu escopo soluções nesse sentido, como a captação de água da chuva (ação prioritária 2) e criação de áreas verdes (ação prioritária 9). Por outro lado, não faz referência a outros exemplos de SbN importantes no contexto de algumas cidades, como a proteção de manguezais, recifes, linhas costeiras, bem como florestas e biodiversidade no contexto urbano, que podem ter co-benefícios para o clima e para as pessoas, principalmente àquelas que dependem mais diretamente desses ecossistemas, as quais são ainda mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas.

Como exemplos de abordagens apresentadas nos planos de governo analisados que não contemplam as SbN abrangidas pelo escopo da AUC destacam-se as candidaturas de Edilma Freire (PV/João Pessoa) e da Major Denice (PT/Salvador). A primeira menciona que irá concluir o projeto de proteção da Falésia do Cabo Branco, que envolve engorda da faixa de areia e colocação dos gabiões na faixa litorânea. A segunda

propõe a elaboração de projeto cultural e sustentável desenvolvendo a orla e as praias, acompanhado de uma estratégia de sensibilização e educação social e ambiental para mantê-las conservadas e limpas, além de revitalizar a infraestrutura das ilhas referenciadas a Salvador, restaurando áreas degradadas com o envolvimento das comunidades.

Assim, observa-se que candidaturas das capitais da região Nordeste propõem Soluções baseadas na Natureza relacionadas ao fortalecimento e resiliência de zonas costeiras. No entanto, nenhuma candidatura fora da capital menciona outras abordagens de SbN, o que sugere que essas soluções precisam ser melhor trabalhadas e definidas no contexto territorial, para além das grandes cidades.

Apesar das cidades parecerem mais conectadas a demandas tecnológicas sob um discurso de que a tecnologia fornecerá as respostas de que precisamos para a perda de biodiversidade e a crise climática, muitas vezes a própria natureza pode fornecer muitas das soluções necessárias - desde manguezais que ajudam a prevenir inundações de comunidades costeiras até áreas úmidas que melhoram a qualidade da água. A natureza, portanto, pode ajudar a combater as mudanças climáticas diretamente ou reduzir a vulnerabilidade aos impactos negativos das mudanças climáticas. Para isso, **Soluções baseadas na Natureza aplicadas às cidades devem ser estimuladas e fazer parte do planejamento e gestão municipal.**



REFERÊNCIAS

⁴ Zucco, Cesar & Power, Timothy J., Fragmentation Without Cleavages? Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System (August 27, 2019). Forthcoming in Comparative Politics (ISSN 0010-4159). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3466149> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3466149>.

⁵ Os nomes apresentados foram os estabelecidos para fins de campanha, não sendo considerados os nomes de registro junto ao TSE

⁶ O PT elaborou um material feito pela Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD) em parceria com a Fundação Friedrich Ebert a fim de dialogar com a militância e com as candidaturas sobre a Transição Ecológica enquanto eixo articulador das políticas nas gestões petistas. Disponível em: <https://pt.org.br/transicao-ecologica-meio-ambiente-e-casa-13-sao-temas-de-formacao-no-pais/>. Último acesso em 22/02/2021.

⁷ Como a análise da candidata eleita Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas) será feita dentro do objetivo específico 1 (candidaturas femininas nas capitais), das 8 cidades com mulheres eleitas, serão analisadas somente 5 Prefeitas fora das capitais, considerando que i) a eleição em Caruaru (PE) foi decidida em primeiro turno, com a vitória da Prefeita Raquel Lyra (PSDB); ii) Ponta Grossa (PR) foi a única cidade no Brasil decidida em 2º turno entre duas mulheres; e iii) o plano de governo da prefeita eleita em Praia Grande (SP), Raquel Chini (PSDB), não está registrado no site oficial do TSE. Dessa forma, as três situações impossibilitam a comparação entre candidaturas femininas e masculinas nos municípios citados.

⁸ A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) buscou compreender de que maneira gestores(as) eleitos(as) às prefeituras de todo o Brasil se relacionam (ou não) com alguns temas que podem estar ampla e genericamente inseridos no guarda-chuva do termo "sustentabilidade". Para medir o avanço e a evolução dessa relação ao longo dos pleitos, a organização produziu uma pesquisa independente, na qual buscou comparar os planos de governo disponibilizados publicamente pelos(as) prefeitos(as) eleitos em 2012, 2016 e 2020.

⁹ A violência política de gênero pode ser caracterizada como todo e qualquer ato com o objetivo de excluir a mulher do espaço político, impedir ou restringir seu acesso ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. As mulheres podem sofrer violência quando concorrem, já eleitas e durante o mandato. Essa violência é considerada uma das causas da sub-representação das mulheres no Parlamento e nos espaços de poder e decisão e prejudica a democracia no país.

¹⁰ As candidatas são: Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte), Cinthia Ribeiro (PSDB/Palmas), Major Denice (PT/Salvador), Luizianne Lins (PT/Fortaleza), Delegada Adriana Accorsi (PT/Goiânia), Socorro Neri (PSB/Rio Branco), Delegada Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro), Benedita da Silva (PT/Rio de Janeiro).

¹¹ Soluções baseadas na Natureza são aquelas inspiradas e apoiadas na natureza, eficazes em termos de custo que, simultaneamente, proporcionam benefícios ambientais, sociais e econômicos, ajudando a criar resiliência.

conclusões



A análise das 20 candidaturas nas capitais demonstrou que o Partido dos Trabalhadores (PT) liderou o número de candidaturas com mais de 5% de votos, com 12 de 114 candidaturas, seguido por Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com 9, Republicanos com 8 e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 8. No entanto, considerando somente as **25 candidaturas eleitas** nas capitais, os partidos Democratas (DEM), PSDB e o MDB lideraram os governos das prefeituras com 4 eleitos por cada sigla partidária.

Em se tratando das candidaturas femininas das capitais, foram identificadas 20 mulheres com mais de 5% de voto, sendo distribuídas **em 7 candidatas no Nordeste, 5 no Norte, 3 no Sudeste, 3 no Sul e 2 no Centro Oeste. Por outro lado, 9 estados não tiveram candidaturas femininas expressivas ou com mais de 5% de votos** - Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Pará, Alagoas, Amazonas, São Paulo, Maranhão e Espírito Santo. Dessas 20 candidaturas femininas que tiveram acima de 5% de votos nas eleições de 2020, **10 reconhecem explicitamente que as mudanças climáticas existem e devem ser consideradas nas políticas municipais** e a região Sudeste se destaca com 100% (3) das candidatas mencionando temas sobre mudanças climáticas. Os planos de governo que se destacaram nas capitais atendendo satisfatoriamente a todas as ações prioritárias foram: Áurea Carolina (PSOL/Belo Horizonte), Delegada Adriana Accorsi (PT/Goiânia), Socorro Neri (PSB/Rio Branco) e Delegada Martha Rocha (PDT/Rio de Janeiro).

Das 10 candidaturas em cidades fora das capitais com 2º turno entre homens e mulheres, foi possível perceber uma similaridade nos partidos das candidaturas, sendo o PT com 3 candidaturas seguido pelo DEM com 2. Dessas 10 candidaturas analisadas, **somente 2 candidatos reconhecem explicitamente que as mudanças climáticas existem e devem ser consideradas nas políticas municipais**. Nesse sentido, podemos concluir que, segundo a amostra deste relatório, mudanças climáticas é um tema mais pautado nas capitais (50% das candidaturas das capitais) do que nas cidades com mais de 200 mil habitantes do interior (20% das candidaturas).

O PT foi o partido se destacou na análise ao ter realizado um processo de capacitação programática com as candidaturas em relação ao tema das mudanças climáticas. E das candidaturas nas capitais que acataram as propostas do partido, duas (Delegada Adriana Accorsi - PT/Goiânia, e Benedita da Silva - PT/Rio de Janeiro), responderam satisfatoriamente às ações prioritárias da agenda urbana do clima. No entanto, outras três candidaturas nas capitais (Major Denice - PT/Salvador, Marília Arraes - PT/Recife e Luizianne Lins PT/Fortaleza) não sofreram essa mesma influência. Já fora das capitais, pode-se perceber que o candidato Ivan Duarte (PT/Pelotas) também seguiu a recomendação de adotar as medidas sobre transição ecológica, da mesma forma que Margarida Salomão (PT/Juiz de fora) que faz menção à transição ecológica no seu plano de governo.

De modo geral, pode-se concluir que os planos de governo não apresentam um enfoque necessário nos impactos sociais das mudanças climáticas, tais como relações entre gênero, raça e clima. Dentre os principais achados da análise com base na Agenda Urbana do Clima, temos que 3 ações prioritárias são vistas como lacunas nos planos de governo,

sendo elas: **i) Saúde e redução da poluição, ii) Reação a desastres e Resiliência, iii) Energia e eficiência energética.** Por outro lado, **3 ações prioritárias aparecem como tendências** nos planos de governo tanto nas capitais quanto fora delas: **Segurança alimentar e nutricional; Resíduos sólidos; e Áreas verdes.**

AÇÕES PRIORITÁRIAS

Tendências

- 1. Segurança alimentar e nutricional;**
- 2. Resíduos sólidos;**
- 3. Áreas verdes**

Lacunas

- 1. Saúde e redução da poluição;**
- 2. Reação a desastres e Resiliência;**
- 3. Energia e eficiência energética.**

Como tendência, a ação prioritária sobre **Transporte Público e Mobilidade** é mencionada satisfatoriamente por 80% das candidaturas das capitais e por 60% das candidaturas fora das capitais. Por outro lado, a ação prioritária que se refere à **Energia e eficiência energética** é a única que se apresenta de forma desigual nas candidaturas, isto é, 60% das candidaturas fora das capitais não respondem satisfatoriamente a essa questão, enquanto 50% das candidaturas nas capitais atendem satisfatoriamente a essa proposta. Isso demonstra que o transporte parece ser uma prioridade generalizada nas cidades brasileiras, independente do tamanho, enquanto o interesse por energia mostra-se mais relacionado às capitais, onde há maior demanda de consumo elétrico por parte da população.

Com base nessa análise, devido ao pequeno tamanho da amostra, não é possível concluir que as mulheres lideram a discussão sobre temas relacionados a mudanças climáticas do que os homens e também não se pode generalizar as conclusões a nível nacional. No entanto, foi percebido que **as mulheres fora das capitais têm um desempenho melhor que os seus concorrentes em temas sobre planejamento climático e governança e reação a desastres e resiliência**, e que os homens sugerem mais propostas nos outros 6 temas. Ademais, os planos de governo das capitais e fora delas apontaram outros temas relevantes para o debate climático, sendo eles: **Educação ambiental, Habitação, Incentivos econômicos e Soluções baseadas na Natureza**, sendo a última com foco específico em zonas costeiras.

A análise revela que **todas as candidaturas nas capitais mencionam algum tipo de política ou propostas com enfoque de gênero** e 8 das 20 candidaturas citam gênero como transversal. Fora das capitais, somente 2 das 10 candidaturas citam gênero como transversal. As propostas que relacionam gênero com saúde, economia e segurança foram predominantes nos planos de governo que não apresentam gênero como um eixo transversal em suas políticas.

Em relação a questões étnico-raciais, foi observado que **15 dos 20 planos de governo das capitais mencionam algum tipo de proposta ou política voltada para a igualdade racial. Dessas 15 candidaturas,**

10 se comprometem a adotar a dimensão étnico-racial como eixo transversal. Fora das capitais, 5 dos 10 planos de governo mencionam algum tipo de proposta ou política voltada para igualdade racial, mas somente Ivan Duarte (PT/Pelotas) aborda a questão étnico-racial como um tema transversal. Isso demonstra que a questão étnico-racial tem sido pautada principalmente por candidaturas nas capitais, podendo ser reforçada nas candidaturas em municípios mais populosos do interior.

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

15 de 20

CANDIDATURAS NAS CAPITALS

5 de 10

CANDIDATURAS FORA DAS CAPITALS

MENCIONAM ALGUM TIPO DE PROPOSTA OU POLÍTICA VOLTADA PARA A IGUALDADE RACIAL

Vale destacar ainda que apesar da declaração de compromisso das candidaturas com a questão de gênero e raça, não foi possível identificar uma relação entre ambos os temas com as políticas ambientais municipais, já que os planos de governo explicitam de que forma as mulheres, a população negra e demais grupos em situação de vulnerabilidade serão inseridos nas políticas ambientais.

Por fim, uma vez identificadas as prioridades e as lacunas dos planos de governo, é importante ressaltar que todas as ações prioritárias podem ser abordadas com mais profundidade por meio da definição de mecanismos para garantir sua efetiva implementação. Dessa forma, recomendações são feitas com base nas principais lacunas e oportunidades de melhoria para as ações prioritárias, com o intuito de incrementar as propostas dos planos de governo, aperfeiçoar políticas públicas, informar a sociedade e engajar atores interessados em intervenções estratégicas para interromper ciclos de desigualdades e contribuir para qualificar o debate público nas cidades em futuras eleições.



recomendações



A seguir, apresentamos recomendações para incrementar as ações prioritárias estabelecidas pela Agenda Urbana do Clima, bem como outras que vão além do seu escopo e são destinadas a diversos atores interessados na implementação de políticas locais - incluindo gestores municipais, partidos políticos, sociedade civil e academia. Essas recomendações consideram critérios de gênero, raça e classe como transversais na agenda de mudanças climáticas aplicada ao contexto municipal. Ademais, exemplos de boas práticas e iniciativas em curso que podem servir como inspiração são elencados.

Agenda Urbana do Clima

Planejamento climático e governança metropolitana. A maior parte dos planos de governo não incentiva a participação social na formulação de propostas de lei e planos de desenvolvimento da cidade. É necessário, portanto, ampliar espaços de discussão pública e consulta à população para identificar os principais problemas e elaborar políticas efetivas para o município. Para democratizar o acesso ao planejamento e governança climáticos e o monitoramento das ações através da participação cidadã, sugere-se:

- Criar comitês ou gabinetes itinerantes, onde governantes reservam um período da agenda para ir aos bairros e promover a escuta ativa aos moradores e moradoras da localidade
 - Prefeituras¹² do Estado de São Paulo e de municípios de outros Estados, como Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná já implementaram esta prática
- Garantir a participação de mulheres na administração pública, atingindo números equitativos entre homens e mulheres nas secretarias e demais funções públicas, para reforçar a governança em diálogo com gênero e raça
 - Em 2021, Recife tornou-se a primeira capital¹³ a ter metade do secretariado composto por mulheres
- Estabelecer metas climáticas transversais a gênero, raça e classe, identificando vulnerabilidades de diferentes grupos da população e relacionando essas metas e diagnósticos com os ODS
 - O Programa de Cidades Sustentáveis¹⁴ oferece um conjunto de metodologias, conteúdos e ferramentas que possibilita maior eficiência na gestão e ganhos para o município em diversas áreas. A plataforma possui indicadores alinhados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um banco de boas práticas de políticas públicas nacionais e internacionais e diversos guias e módulos, entre os quais o de Planejamento Urbano Integrado e o de Participação Cidadã

Saneamento e gestão sustentável da água. As lacunas identificadas nos planos de governo analisados referem-se à gestão da água da chuva e ao tratamento e reuso do esgoto, sobre os quais ações não foram apontadas pelos candidatos e candidatas como prioridades. No entanto, ambas as medidas são vistas como pontos-chave para enfrentamento da crise hídrica sofrida em boa parte dos municípios brasileiros. Dessa forma, as candidaturas podem considerar:

- Investir em sistemas de captação de água da chuva em prédios de administração pública
 - Em São Paulo, o Projeto de Lei 356/2015¹⁵ propõe que todos os novos projetos arquitetônicos para edificação e os de reforma deverão incluir a instalação de reservatórios e cisternas para captação da água de chuva, para fins de economia, sustentabilidade e preservação do meio ambiente
 - O Ministério do Meio Ambiente disponibiliza um Manual Prático¹⁶ para uso e conservação da água em prédios públicos, como parte do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública
- Investir em tecnologias para tratar e reutilizar água do esgoto e utilização da água para fins não potáveis, como rega de jardins, limpeza de áreas comuns e descargas sanitárias
 - Em Guarulhos, a prefeitura implantou, em 2010, um sistema de reuso¹⁷ de águas pluviais. A medida permite lavar 820 veículos da frota municipal semanalmente, gerando uma economia de até 10 mil litros de água potável por mês
- Adotar incentivos econômicos, como microcréditos destinados aos interessados na instalação de sistemas de captação de água da chuva em residências e empresas

Saúde e redução da poluição. Os planos de governo não se comprometem em realizar um levantamento dos principais setores em termos de emissões de gases do efeito estufa. Portanto, a mitigação e a redução da poluição não estão necessariamente ligados aos setores que mais poluem em determinado município. A qualidade do ar e a redução das emissões estão diretamente ligadas à saúde e garantia da sobrevivência dos brasileiros¹⁸. A Agenda Urbana do Clima foca em medidas relacionadas à qualidade do ar, mas há a oportunidade das cidades usarem um conceito de saúde que vá além do tratamento de doenças, com enfoque na prevenção e promoção do bem estar e da qualidade de vida.

Pesquisadores de Harvard descobriram¹⁹, em 2020, que as cidades dos Estados Unidos mais poluídas tiveram maior índice de mortalidade pela COVID-19. Nesse sentido, os resultados ressaltam a importância de investir em mecanismos que reduzem a poluição do ar para proteger a saúde humana durante e após a crise do COVID-19. Dessa forma, sugere-se:

- Coletar e utilizar os dados disponíveis para identificar quais setores da economia (Agropecuária, Energia, Mudanças de Uso da Terra, Processos Industriais e Resíduos) constituem as principais fontes de emissões nos municípios a fim de planejar e implementar políticas públicas com foco na redução de emissões e de poluição de maneira mais assertiva
 - A plataforma SEEG Municípios, lançada em 2021, concentra a produção de estimativas anuais das emissões de gases de efeito estufa (GEE) nos municípios do Brasil
- Implementar políticas de saúde que considerem os efeitos das mudanças climáticas a partir de análises de riscos e os reflexos na saúde de grupos potencialmente mais impactados, como mulheres, idosos, crianças²², pessoas negras, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais



- Adotar e monitorar indicadores para medir os efeitos na saúde causados pela poluição do ar e outros fatores, podendo antecipar as respostas em crises de saúde potencialmente exacerbadas pelas mudanças climáticas. Com reiterado aumento do desmatamento e queimadas no Brasil, monitorar até que ponto a saúde das pessoas tem sido impactada nas áreas afetadas é essencial para calcular os custos ao sistema de saúde e planejar a infraestrutura de saúde nesses locais
 - A FioCruz monitora indicadores²³ definidos por especialistas, gestores e sociedade civil relacionados a vetores, ar, água e eventos extremos. Esses temas foram definidos para identificar os padrões climáticos e seus efeitos sobre a saúde

Segurança alimentar e nutricional. Os planos de governo, apesar de incentivarem a agricultura familiar e hortas comunitárias, não mencionam a necessidade da redução do desperdício e do descarte correto dos resíduos orgânicos. Com base nisso, é possível incentivar que as cidades e candidaturas possam:

- Oferecer capacitação às mulheres e grupos em situação de vulnerabilidade social para incentivar não somente a produção em pequena escala ou familiar, mas também o manejo e a venda dos alimentos, de forma a impactar positivamente a segurança alimentar e nutricional, mas também a renda dessas pessoas
- Destinar espaços urbanos inutilizados para criação de hortas, principalmente em periferias, ampliando o acesso a alimentos saudáveis
- Conectar o contexto rural e urbano, ampliando espaços de venda de alimentos saudáveis e a baixo custo para a população

Resíduos sólidos. Os planos de governo analisados revelam um baixo incentivo de ações voltadas a reduzir a geração de resíduos e descartá-los de forma correta. Estima-se que o Brasil gera 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, mas apenas 4% são reciclados, fazendo com que o país deixe de ganhar R\$14 bilhões por ano com reciclagem dos resíduos sólidos. Para diminuir a produção de resíduos e incentivar o descarte correto, é possível:

- Propor a criação de espaços de metarreciclagem²⁴ para o descarte correto do lixo eletrônico
- Aplicar o conceito de economia circular²⁵ como contraponto ao modelo econômico linear – de extração de matéria-prima, transformação, uso e descarte de resíduos, e associar desenvolvimento econômico ao melhor uso de recursos naturais, que depende menos de matéria-prima virgem ao priorizar insumos mais duráveis, recicláveis e renováveis. Esse modelo além de favorecer a implementação dos 5 Rs (repensar, reduzir, recusar, reutilizar e reciclar), também apoia a criação de novas oportunidades de negócios, impactando nas políticas de resíduos e econômicas simultaneamente
- Criar ou reforçar políticas que minimizem a marginalização dos grupos, associações e cooperativas de catadores e catadoras, a fim garantir as condições necessárias para trabalhar em contato direto com resíduos, minimizando os efeitos da insalubridade na saúde
- Aumentar a conscientização das catadoras sobre as complexidades das relações de gênero e estimular a liderança feminina nos projetos²⁶, associações ou cooperativas, oferecendo espaço para que as mulheres também liderem o planejamento de políticas sobre resíduos sólidos

Economia local e solidária com geração de empregos sustentáveis.

Os planos de governo têm dificuldade em especificar o que são tecnologias sustentáveis e como elas serão incorporadas nas políticas municipais. No entanto, essas tecnologias podem ser entendidas como atividades que geram empregos verdes, com foco na descarbonização da atividade econômica. Implementar empregos verdes e uma transição justa na sociedade minimiza os impactos na saúde pública e pode aumentar a capacidade de resiliência das cidades, já que foca no desenvolvimento econômico de baixo carbono. Deste modo, existem oportunidades de inovação importantes a serem exploradas nos setores de energia renovável, transporte, produção de biocombustíveis e construção. Para isso, as candidaturas podem:

- Incentivar a criação e manutenção da agricultura orgânica, através do desenvolvimento de sistemas de compostagem
- Elaborar políticas de turismo ecológico, incentivando trilhas e atividades educativas em Unidades de Conservação, além de gerar empregos na cidade para garantir a manutenção dos espaços verdes
- Implementar da economia circular com foco nas indústrias²⁷, fazendo com que os resíduos da produção e o uso de bens industrializados retornem como insumos ao processo produtivo, provendo maior eficiência no uso de recursos e, potencialmente, maior competitividade ao setor industrial

Reação a desastres e Resiliência. Os planos de governo reconhecem a necessidade de investir na resiliência das cidades, mas não descrevem como serão feitas as ações e não fazem referência sobre como as maiores vulnerabilidades do município serão trabalhadas. Como prevenção e reação a desastres, as cidades podem se tornar mais resilientes priorizando:

- Criar sistemas de alerta precoce de desastres naturais e eventos extremos e capacitar equipes para lidar com as situações de crise, emergência e calamidade pública
- Elaborar um plano de adaptação para mapear e gerir riscos e vulnerabilidades, considerando os impactos de gênero, raça e classe
 - Em 2020, Curitiba, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro entregaram Planos de Ação Climática²⁸ para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e manter o aquecimento global dentro do estabelecido pelo Acordo de Paris
 - O plano de adaptação deve contemplar um plano financeiro adequado²⁹, que complemente e promova mecanismos para apoiar as atividades de resiliência

Transporte Público e Mobilidade. O principal desafio percebido é que os planos de governo, apesar de afirmarem investimento em projetos de compartilhamento de bicicletas, ainda têm foco em ônibus e

transportes de massa dependentes de combustíveis fósseis, sem considerar a importância de reduzir as emissões veiculares através do uso de tecnologias de baixo ou zero emissão (eletrificação). As candidaturas também podem explorar outras alternativas de mobilidade urbana a partir do olhar ferroviário e aquaviário. Quando se avalia o consumo de combustível por tonelada transportada, o modal rodoviário é dez vezes mais caro e mais poluente que o aquaviário, que, por sua vez, é cinco vezes mais caro que o ferroviário. Para incentivar a mobilidade sustentável, as candidaturas podem:

- Garantir que as ciclovias e as bicicletas compartilhadas sejam inseridas também em bairros periféricos em condições acessíveis à realidade local e incentivadas para o uso como meio de transporte para trabalho e deslocamento diário, sendo uma alternativa mais barata e sustentável que as tarifas de transportes públicos
- Aumentar o alcance das rotas de transporte público e garantir que as mulheres tenham a opção de descer em terminais e paradas mais próximas do destino final. Essa proposta³⁰ já foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, mas precisa ser incorporada nos planos municipais



Áreas verdes. Não foram identificadas menções relacionadas ao incentivo de construção de tetos e paredes verdes. Essas podem ser ferramentas fundamentais para melhorar o meio ambiente urbano, contribuindo com a saúde da população, uma vez que as plantas captam carbono e diminuem o efeito de ilhas de calor. Dessa forma, relacionando temas sobre áreas verdes e tetos e paredes verdes, as candidaturas podem:

- Criar linhas de financiamento para o incentivo de criação de telhados verdes e hortas suspensas em residências e empresas
- Promover a adoção de telhados verdes e paredes verdes em órgãos públicos
- Incentivar a criação de áreas verdes em bairros periféricos e perto de escolas, como parques e outros ambientes seguros para circulação de jovens e crianças, considerando o benefício de criar e manter áreas verdes para políticas de primeira infância, visto que estas impactam positivamente o desenvolvimento socioemocional das crianças³¹

Energia e eficiência energética. Existe pouca ou nenhuma menção à energia eólica, tanto nas capitais quanto fora delas. Desde 2017, a energia eólica é a de menor custo no Brasil e os investimentos ajudam a desenvolver regiões mais carentes do país. Uma das características das construções de energia eólica é o arrendamento de terrenos, o que pode elevar a renda dos pequenos proprietários, principalmente do Nordeste. Além disso, as candidaturas podem incentivar a transição energética dos municípios ao:

- Estabelecer que a oferta de iluminação em vias públicas ou prédios de administração pública contemple painéis solares
 - Teresa Surita (PSDB), ex-prefeita de Boa Vista/Roraima, pautou sua gestão pela forma na transição energética na cidade. Ela implementou 6 usinas solares nos prédios da administração pública e a prefeitura deixou de lançar 741.627 kg de CO₂ na atmosfera, além de gerar, em 2019, uma economia significativa³² na tarifa de energia
- Capacitar mulheres³³, jovens, negros e outros grupos vulneráveis para trabalharem com sistemas de energias renováveis, como painéis solares, já que empregos nas cadeias de energia renovável apresentam, em geral, maior intensidade em mão de obra em relação às cadeias de fontes de energia fóssil
 - O Projeto RevoluSolar³⁴, no Rio de Janeiro, surgiu em 2015 com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável de comunidades de baixa renda através da energia solar. Uma das frentes de atuação é a capacitação profissional dos moradores como eletricitistas e instaladores solares e promoveu a geração de empregos locais de qualidade, fomentando o protagonismo e a autonomia da comunidade no projeto

Outras recomendações

Conforme mencionado ao longo deste relatório, é possível recomendar ações para além dos tópicos abrangidos pela Agenda Urbana do Clima e daqueles levantados pelas candidaturas analisadas. Essas recomendações levam em conta, em particular, as áreas de Educação ambiental,

Habitação, Incentivos econômicos e Soluções baseadas na Natureza e possuem caráter geral ou específico para diferentes grupos, como gestores públicos municipais, partidos políticos e organizações da sociedade civil e demais atores interessados.

Gerais

- Adotar mecanismos de financiamento urbano sustentável para favorecer a implementação de soluções técnicas e de infraestrutura que promovam a sustentabilidade nos municípios
 - Uma das formas de conseguir financiamento urbano sustentável é através de redes de contato com as Instituições Financeiras Internacionais que estão disponíveis para promover projetos de infraestrutura. Aproximar tais instituições e as cidades é uma forma de aumentar a viabilidade econômica desses projetos
 - A Rede para Financiamento em Infraestrutura Sustentável em Cidades (Rede FISC)³⁵ consiste em um grupo de discussão composto por líderes e especialistas do financiamento urbano no Brasil que busca identificar, disseminar e construir ações para reduzir a lacuna entre o setor público e os agentes de financiamento, com o objetivo de destravar o investimento urbano sustentável nas cidades brasileiras
- Propor políticas de transição justa para garantir que a redução de emissões seja acompanhada por uma transição para atividades econômicas e empregos de baixo carbono, sem que as pessoas mais vulneráveis socialmente e inseridas em atividades mais intensivas em carbono sejam deixadas para trás
- Garantir a criação de planos de transição justa que beneficie grupos vulneráveis e reduza as desigualdades sociais, considerando 5 prioridades:
 - Garantir a participação da população na ação climática
 - Melhorar os meios de subsistência de trabalhadores vulneráveis e pequenos produtores
 - Distribuir infraestrutura sustentável e resiliente de maneira justa
 - Garantir acesso a serviços e produtos ecológicos mais baratos
 - Projetar reformas progressivas nos impostos ecológicos

Para os governos locais

- Alinhar os planos de governo municipais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todas as áreas prioritárias das candidaturas
 - O Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é uma ferramenta que pode guiar a implementação dos ODS em nível municipal, apoiando os governos locais e outras partes interessadas e/ou impactadas na implementação da Agenda 2030 nesses territórios
 - Valorizar o poder da cultura para tornar os ODS mais atraentes, incentivando artistas, formadores de opinião e influenciadores locais a produzirem conteúdo sobre a relação entre ODS e as cidades
 - Nomear “embaixadores” dos ODS para maximizar o alcance e impacto

- Realizar campanhas de comunicação e sensibilização sobre as mudanças climáticas, seus efeitos na vida das pessoas e como a população pode ser uma aliada nessa causa através do uso de mídias sociais e tradicionais para informar, conscientizar e engajar a população
- Envolver plataformas já existentes e garantir transparência dos dados para monitoramento e atualização de políticas públicas
- Aproveitar o poder da educação e elaborar projetos de educação ambiental

Além disso, as Prefeituras, juntamente com as Câmaras Legislativas, podem:

- Revisar o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) a fim de garantir que abordagens de gênero e clima estejam presentes nas prioridades da gestão
- Elaborar Planos de Meio Ambiente, de Saneamento Básico/Infraestrutura, e de Saúde pública, considerando os impactos sociais na população mais vulnerável e a justiça climática

Para os partidos políticos

- Incentivar o debate da agenda climática e seus impactos ambientais, sociais e econômicos para reforçar a capilarização dos temas e garantir a existência de uma integração entre propostas e políticas socioambientais
- Promover workshops, palestras e cursos de curta duração para capacitar as candidaturas sobre temas da agenda socioambiental com uma abordagem transversal de gênero, raça e classe
- Promover debates e trocas de experiências entre candidatos e organizações da sociedade civil que possam contribuir com a elaboração dos planos de governo
- Garantir apoio técnico e acompanhamento aos candidatos ao longo da campanha e, caso eleitos, durante o mandato sobre o tema de mudanças climáticas, gênero e raça

Para a sociedade civil e demais atores interessados

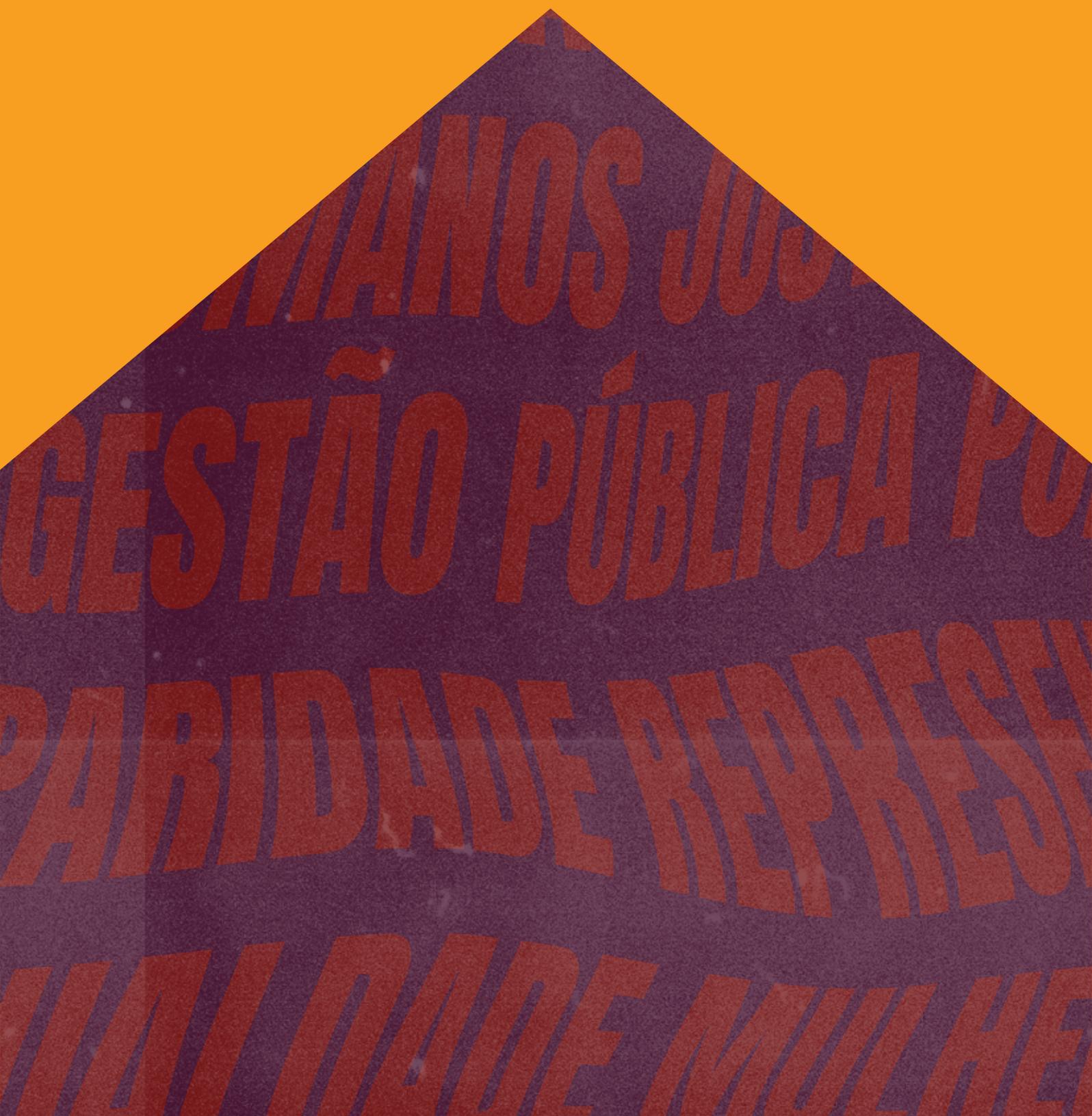
Recomendações válidas para a sociedade civil de forma geral, bem como organizações não-governamentais (ONGs), setor privado, associações de base comunitária, academia de demais atores interessados.

- Colaborar com o fornecimento de dados para a definição de áreas prioritárias de forma preventiva à elaboração de políticas municipais, promovendo a troca de melhores práticas entre os seus membros
- Contribuir com a tradução da linguagem técnica para o público leigo a fim de tornar o discurso climático mais inteligível e palpável à população através, por exemplo, da elaboração de cartilhas e campanhas
- Apoiar os governos locais e regionais a otimizar recursos humanos, técnicos e financeiros, colaborando com a coleta de dados, monitoramento e avaliação das políticas e promovendo a cooperação descentralizada
- Identificar os desafios políticos que possuem impacto na elaboração ou implementação de políticas públicas locais e fazer recomendações para a melhoria

REFERÊNCIAS

- ¹² Jornal Estado de Minas. Prefeituras criam gabinetes itinerantes para se aproximarem da população. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/03/27/interna_nacional.1041530/prefeituras-criam-gabinetes-itinerantes-para-se-aproximarem-da-populac.shtml. Último acesso em 22/03/2021.
- ¹³ Gênero e Número. Recife é a primeira capital a ter metade do secretariado composto por mulheres. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-secretarias-recife/>. Último acesso em 22/03/2021.
- ¹⁴ Cidades Sustentáveis. 5 bons motivos para seu Município fazer parte do Programa Cidades Sustentáveis. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/noticia/3101>. Último acesso em 22/03/2021.
- ¹⁵ O Projeto de Lei 356/15 foi deliberado e aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 27/10/2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/comissao/reuniao/?idComissao=12453&idReuniao=13144>. Último acesso em 22/03/2021.
- ¹⁶ Ministério do Meio Ambiente. Manual Prático para uso e conservação da água em prédios públicos. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Biblioteca/Documentos/Manual-Pr%C3%A1tico-para-Uso-e-Conserva%C3%A7%C3%A3o-da-%C3%81gua-em-Pr%C3%A9dios-P%C3%ABlicos.pdf>. Último acesso em 22/03/2021.
- ¹⁷ Rede Nossas São Paulo. Cidades brasileiras que investem na reutilização da água. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2011/10/10/cidades-brasileiras-investem-na-reutilizacao-da-agua-ecodesenvolvimento/>. Último acesso em 22/03/2021.
- ¹⁸ The World Resources Institute (WRI). Qual o impacto da poluição do ar na saúde? Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2018/07/qual-o-impacto-da-poluicao-do-ar-na-saude>. Último acesso em 22/03/2021.
- ¹⁹ Wu, X., Nethery, R. C., Sabath, M. B., Braun, D. and Dominici, F., 2020. Air pollution and COVID-19 mortality in the United States: Strengths and limitations of an ecological regression analysis. Science advances, 6(45), p.eabd4049. Disponível em: <https://projects.iq.harvard.edu/covid-pm>. Último acesso em 22/03/2021.
- ²⁰ SEEG Municípios. Disponível em: <http://seeg.eco.br/>. Último acesso em 22/03/2021.
- ²¹ Clima, Saúde e Cidadania. Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/04_clima.pdf. Último acesso em 22/03/2021.
- ²² COP24 Special report: Health & Climate Change. Disponível em: <https://www.who.int/globalchange/publications/COP24-report-health-climate-change/en/>. Último acesso em 22/03/2021.
- ²³ Temas e Indicadores. Observatório do Clima e Saúde. Fiocruz. Disponível em: https://climaesaude.icict.fiocruz.br/tema/indicadores?field_tema=1. Último acesso em 22/03/2021.
- ²⁴ Metareciclagem é uma nova forma de reciclar que consiste na reutilização de materiais tecnológicos, associando a tecnologia com a desconstrução para a transformação. Disponível em: <https://metareciclagem.com.br/>. Último acesso em 22/03/2021.
- ²⁵ Confederação Nacional da Indústria. Economia Circular. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/industria-sustentavel/temas-de-atuacao/economia-circular/>. Último acesso em 22/03/2021.

considerações finais



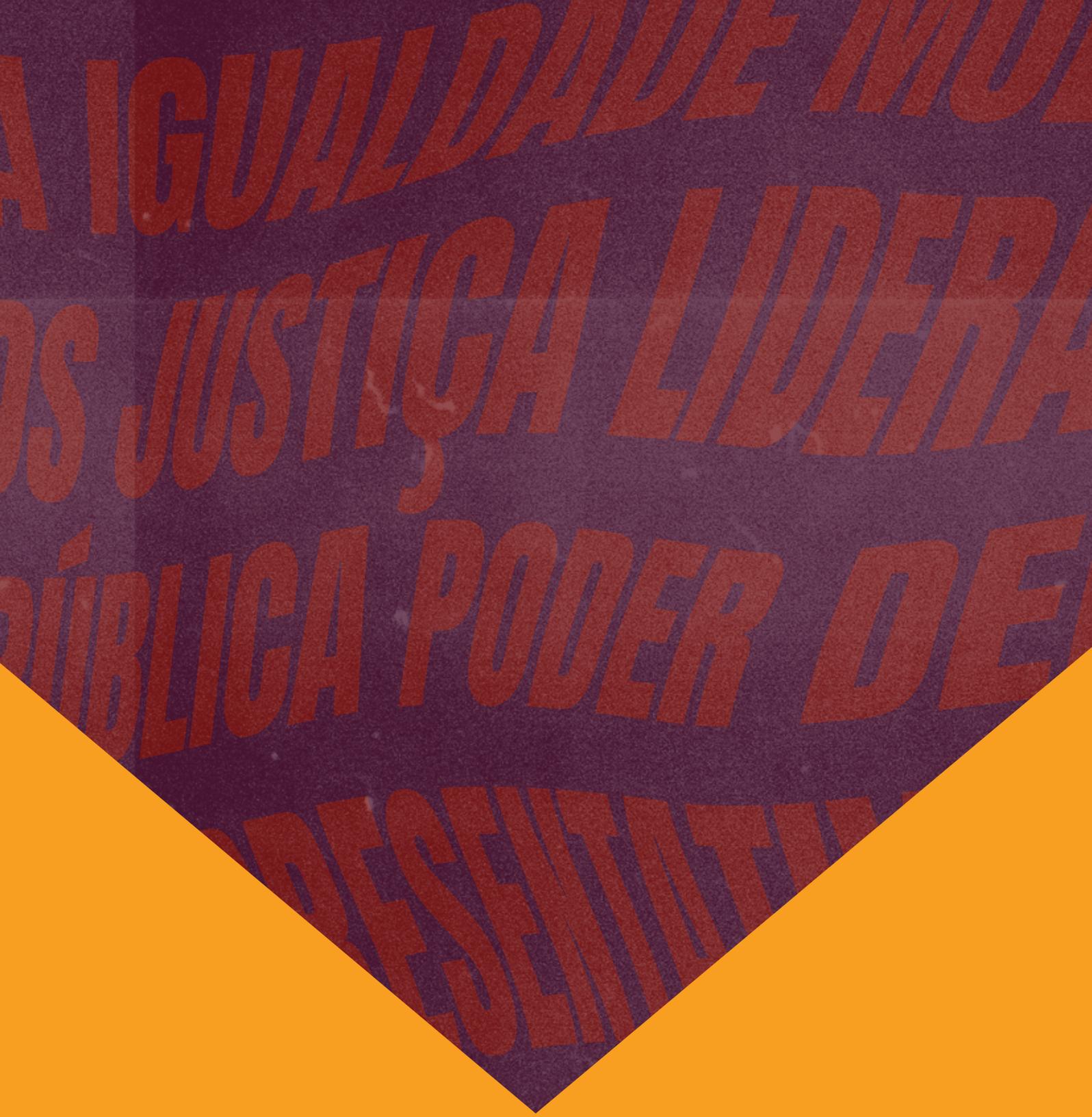
A cidade que queremos começa com o voto, mas não termina nele. É nosso papel garantir que onde moramos seja um lugar mais aprazível e acolhedor, não somente para nós, mas para outros que vivem em condições bem diferentes das nossas. Essa construção precisa ser democrática e inclusiva. Afinal, de nada adianta viver em uma ilha de segurança aparente e privilégios, se ao nosso redor outras pessoas sequer têm acesso a direitos básicos.

A cidade precisa ser um lugar que facilite a vida das mães e pais, que conseguem levar seus filhos à escola e garantir que eles tenham acesso a parques e áreas verdes. As escolas, por sua vez, precisam ensinar às crianças habilidades do futuro e que colaborem com o cuidado do meio ambiente, assim como ter horários que permitam que as mães se insiram no mercado de trabalho. Da mesma forma, a economia precisa ser solidária, criativa, dinâmica e inclusiva, de forma a não deixar as pessoas à mercê de condições de trabalho e vida precárias e exploratórias. Os alimentos devem ser saudáveis e acessíveis a todos, já que isso colabora com menos custos de saúde pública e, para isso, o rural e urbano precisam ser encarados como meios complementares e bem conectados, com agricultores orgânicos com acesso facilitado a mercados consumidores.

A cidade precisa garantir que pessoas - independente de gênero, raça e classe - possam transitar livremente, sem medo. Um lugar onde mulheres não precisam desviar sua rota por medo de não chegarem ao destino final. E onde a população não queira se armar para se defender, pois é convencida que segurança pública não se alcança com armamento privado. Por outro lado, essa segurança não pode amedrontar mais do que proteger grupos mais vulneráveis socialmente.

Os espaços públicos da cidade precisam ser ocupados com gente de idades e ideias variadas. Precisam ser lugares pluriétnicos e onde a natureza seja vista como solução e não como empecilho. A cidade precisa garantir a seus moradores espaços que proporcionam saúde mental e física e, para isso, seus moradores precisam de condições de vida e moradia dignas.

A cidade que queremos precisa primeiro ser sonhada, imaginada, antes mesmo de ser planejada, construída e vivenciada. Para isso, a democracia precisa ser exercida na sua potencialidade máxima - antes, durante e depois do voto. Cidades são direitos, pessoas, natureza e potência de vida. São, acima de tudo, construções metafísicas. Mãos à obra!



recursos



Recursos recomendados

[Como Construir Cidades Mais Resilientes: Um Manual Para Líderes do Governo Local](#). Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Catástrofe - UNISDR (2017).

[Direito à Cidade: uma visão por gênero](#). Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (2017).

[Diretrizes para políticas urbanas municipais focadas em equidade de gênero](#). Cidade para Mulheres e Laboratório da Cidade (2020).

[Energia solar fotovoltaica para os Municípios](#). Sebrae (2018).

[Guia da qualidade do ar](#). Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA.

[Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores / 20 materiais para entender o direito à cidade](#). Instituto Pólis (2021).

[Her City – A Guide for Cities to Sustainable and Inclusive Urban Planning and Design together with Girls](#). The United Nations Human Settlements Programme - UN-Habitat (2021).

[Observatório de Clima e Saúde](#). Publicações da Fiocruz sobre saúde e mudanças climáticas.

[Programa Cidades Sustentáveis](#). Plataforma que disponibiliza banco de boas práticas, materiais e exemplos de políticas públicas no Brasil e no mundo que produziram resultados concretos para cidades signatárias.

MULHERES NAS ELEIÇÕES

Realização



Apoio

